A
Situação politica
EM PORTUGAL

Republica ou Monarchia?

POR

Um antigo Deputado ás Côrtes da Monarchia.

O espirito de patriotismo deve impôr silencio ao espirito de partido. (E. Pelletan).

AILLAUD, ALVES & C[ia]
PARIS
96, BOULEVARD MONTPARNASSE, 96
(LIVRARIA AILLAUD)
LISBOA
73, RUA GARRETT, 75
(LIVRARIA BERTRAND)

FRANCISCO ALVES & C[ia]
RIO DE JANEIRO
166, RUA DO OUVIDOR, 166
S. PAULO
65, RUA DE S. BENTO, 65
BELLO HORIZONTE
1055, RUA DA BAHIA, 1055

1913

A SITUAÇAO POLITICA
em Portugal

REPUBLICA OU MONARCHIA ?

A
Situação politica
EM PORTUGAL

Republica ou Monarchia ?

POR

Um antigo Deputado ás Côrtes da Monarchia.

O espirito de patriotismo deve impôr silencio ao espirito de partido. (E. Pelletan).

AILLAUD, ALVES & C[ia]
PARIS
96, BOULEVARD MONTPARNASSE, 96
(LIVRARIA AILLAUD)
LISBOA
73, RUA GARRETT, 75
(LIVRARIA BERTRAND)

FRANCISCO ALVES & C[ia]
RIO DE JANEIRO
166, RUA DO OUVIDOR, 166
S. PAULO
65, RUA DE S. BENTO, 65
BELLO HORIZONTE
1055, RUA DA BAHIA, 1055

1913

LIBRARY
OCT 12 1972
UNIVERSITY OF TORONTO

A' MEMORIA

DO

CONDE D'ARNOSO

Symbolo de dignidade e de honra,
corajosamente affirmadas.

ADVERTENCIA

A parte principal deste trabalho estava composta e em adeantada impressão quando em julho ultimo occorreu a tentativa contra-revolucionaria, entendendo então, tanto o autor como os editores, que a sua publicação para poder ser util, e não inconveniente, deveria aguardar mais completa acalmação dos animos.

Certamente preferivel teria sido que este trabalho mais cedo tivesse apparecido, pois poderia, por ventura, ter promovido quaesquer intelligencias pacificas pelas quaes se puzessem de parte os propositos contra-revolucionarios em publica preparação.

Actualmente a situação é menos favoravel, aqui se reconhece, visto que depois dos acontecimentos de julho os animos estam naturalmente mais estimulados, mas no entanto, tendo em vista o accrescimo de perigos que nos envolvem cada vez mais, não se considera inoportuna a apparição deste trabalho de exposição critica da situação do paiz, e antes conveniente parece neste momento.

Accrescentada vai a sua parte inicial e principal com tres pequenos capitulos, em *addenda*, que o actualisam mais, e no conjuncto do trabalho poderá o leitor apreciar a imparcialidade e o puro sentimento civico, que lhe presidem, e a convicção profunda em que se inspira.

Novembro de 1912.

PREFACIO

Na manhã de 5 d'outubro de 1910, em Lisbòa era apregoada a queda da Monarchia, que Affonso Henriques em 1139, oito seculos antes, gloriosamente fundára em Ourique e que n'esse momento bastante menos garbósamente acabava de se render. E simultaneamente era proclamada a Republica, que vinha, assim o affirmava, resgatar a Patria do opprobrio monarchico, abrir novos horizontes moraes e materiaes á grandeza e prosperidade da Nação, regenerando os seus costumes e fomentando a sua riqueza, e felicitar os Póvos, dando-lhes mais liberdades e mais bem estar.

N'esse dia, e logo a seguir, se constituia o Governo Provisorio, com a composição conhecida, e n'essa mesma tarde, na Ericeira, embarcava, a bordo do yacht *Amelia*, S. M. El-Rei D. Manoel, acompanhado de Suas Augustas Mãe e Avó, seguidos de uma pequena comitiva, aproando a embarcação ao norte, em rumo, dizia-se, e têmo-lo por certo, do Porto, onde El-Rei contava en-

contrar (e talvez assim succedesse) mais efficaz lealismo do que em Lisbôa.

A meio caminho, porém, ou antes, e após, ao que se disse, um conselho de officiaes, retrocedia o yacht *Amelia* para o sul, indo as pessoas reaes desembarcar em Gibraltar.

A Revolução triumphava definitivamente. A Monarchia, pelo menos provisoriamente (mas geral e logicamente entendia-se que definitivamente), passava á historia, e estava-se sem opposicão apreciavel ou presumivel, e antes com resignação e sem acrimoniosa espectativa — por parte mesmo dos proprios cujo sentimento permanecia monarchico, mas que não tinham perdido, nem o amôr ao seu paiz, nem a faculdade de raciocinar, — estava-se, iamos dizendo, em plena e incontestada Republica.

Um edital do Governador Civil de Lisbôa annunciava uma Republica de *ordem e de trabalho*, e tão más impressões haviam deixado os ultimos annos da administração, e sobre tudo da *politica* monarchica, e tão absolutamente desamparado se vira o Thrôno, sem se poder enxergar d'onde poderiam, em taes circumstancias, vir forças e appoios que o restaurassem, que, mesmo entre os mais convictos e bons monarchicos, como é symbolicamente o Snr. Paiva Couceiro, se abria, sem quebra dos sentimentos historicos, mas politicamente sem qualquer pensamento reservado, crédito á joven Republica e se faziam

votos para que ella podesse vencer a grave crise nacional que o seu advento ia necessariamente abrir, afim de que a integridade patria d'ella sahisse illeza, e que, se a Monarchia tinha succumbido, Portugal, este, continuasse a ser Portugal, o Portugal que a Monarchia fundára e no total glorificára atravéz tantas vicissitudes e heroismos.

A Revolução, ou aquillo a que este nome se deu, no seu immediato seguimento assignalára-se, é certo, por monstruosos desvarios da populaça no assalto aos estabelecimentos e pessoas religiosas, sendo dois pobres e virtuosissimos padres barbaramente trucidados.

Mas d'isto, em bôa fé, se não podia fazer cargo á essencia da Republica, nem mesmo aos dirigentes d'esta, proclamados do alto do balcão municipal, pois taes violencias são o apanagio proprio de todas as deflagrações populares, qualquer que seja a sua etiqueta, e amanhã uma revolução popular monarchica ou socialista daria logar a analogos lamentaveis excessos.

Não. Accalmadas as paixões, moderada a onda dos enthusiasmos supercivicos, refreados os exageros, tudo ia entrar — *na ordem e no trabalho.*

Com este programma e nas circumstancias occorrentes as classes conservadoras estavam natural e tacitamente *adheridas*, e como por outro lado a Republica contava com a massa popular,

em cujo nome fundamentalmente se proclamára, a conclusão é que a união seria geral, pois o resto do paiz seguiria Lisbôa.

Haveria, sem duvida, descontentes, quer pelo lado monarchico nos que perdiam situações irre cuperaveis, quer mesmo da banda republicana entre os que não viam as suas ambições pessoaes satisfeitas, mas tudo isto nada era na massa da nação, perante o seu geral interesse de paz para a subsistencia individual e para a defeza patria.

Em verdade nem os proprios republicanos podiam esperar, nem esperavam, que a Republica podesse ser proclamada em tão lisongeiras e favoraveis condições, sem renhido combate, sem maior derrame de sangue, sem maior abalo de momento na vida ordinaria e com uma conformidade final das proprias classes conservadôras, não enthusiastica, é certo, mas real e sincera.

Foi isto evidentemente o effeito de algumas vergonhas monarchicas, do abandono de altos deveres de lealismo e de defeza das instituições juradas, mas tiveram tão escandalósas defecções, ao menos, esse resultado vantajoso da pacifica acceitação geral dos factos consumados, permittindo entrar-se socegada e mais confiadamente na *vida nova*, na vida nova tantas vezes annunciada pelas facções monarchicas, e que, pelo visto, para a Republica ficara reservada.

E acceites assim os factos pelo paiz, no estrangeiro, onde demais dos desregramentos e da anar-

chia da administração monarchica se havia pelos republicanos, e pelas proprias facções monarchicas, feito ultra-exagerada propaganda, as mesmas favoraveis disposições não podiam deixar de acolher, no geral, a nova condição politica de Portugal.

Não, decididamente a Republica tinha, a despeito dos naturaes excessos revolucionarios, vindo em boa hora e atinadas eram as suas primeiras palavras.

A Republica não vinha, como era aliás mais de prevêr, dividir o paiz em dois campos inconciliaveis.

Não. Á união de todos convidava, dentro do principio social, nobre e fecundo, commum a todo o systema de verdadeira civilisação, da *ordem e do trabalho.*

Se tivesse havido uma revolução a valêr, com renhido ataque e defeza, ainda que não tivesse resultado logo a guerra civil, dois campos teriam ficado politicamente extremados e inconciliaveis e o desastre nacional estava consumado.

O triste, mais do que triste, abandono em que ficou a defeza monarchica, aliás contra uma agressão tão facilmente subjugavel, é que tornou possivel, mediante a bôa feição que inicialmente se deu ao advento republicano, a resignada mas verdadeira, sincera, repita-se, como que confraternisação das forças conservadoras, naturalmente affectas, ainda que descontentes, á Monar-

chia, e *a priori* receiosas, como era natural, de uma mudança radical de regimen.

Que mais podiam ambicionar os dirigentes da joven e bafejada Republica?

Sem mais sangue e sem luctas, tinham o paiz comsigo e achavam-se á frente de uma dictadura nascida de circumstancias fundamentaes, cuja legitimidade ninguem discutia, e que, portanto, lhes permittia pela maneira mais completa fazer ao paiz todo o bem a que tinham vindo, dando a inteira medida da sua capacidade governativa, contraposta á tão apregoada incapacidade monarchica, e produzindo a inteira justificação da sua propaganda revolucionaria.

E assim, proclamada que tinha sido a Republica, iam por certo *funda-la* definitivamente com a sua acção governativa.

Aproveitaram, a bem do paiz, esse feliz, extraordinario, imprevisto e quasi inacreditavel conjuncto de circumstancias?

Não parece, nem pela obra em si, nem pelos effeitos.

E todavia, sem ser absolutamente facil, não era transcendentemente difficil.

Bem longe d'isso.

Bastava ficar dentro da formula — ordem e trabalho.

Bastava abster-se de todo o sectarismo antireligioso em desforço de um imaginario clerica-

lismo que nunca existio, que só a demagogia podia reclamar, e alheiar-se de todo o exagerado jacobinismo politico, por que só os ambiciosos podiam anceiar e que só á mediocridade podia aproveitar em especial, attitudes, essas, de combate que se não justificavam ante a adhesão geral do paiz.

Bastava, mas no que segue é que o caso se tornava mais difficil na sua simplicidade — bastava que, no modo politico não imitassem tanto a rigôr, os personalismos, as exhibições, as vaidades, os despeitos, as rivalidades, as bulhas, a avidez inescrupulosa das popularidades faceis e todas as mais partes inglorias da mesquinha politiquice da *ominosa* monarchia.

Bastava, finalmente, que tambem na administração copiassem mais o bem, e menos o mal, dos estadistas tambem ominósos, nos seus expedientes e sophismas, e, no que respeita a pessoal, que professassem na sua escolha menos o culto familiar e da confraternidada sectaria, do que propriamente o da competencia.

Se assim tivessem procedido, teriam honrado a Republica com o applauso geral, e não se poderia com verdade dizer, no que toca aos seus defeitos, que ella é a monarchia sem rei, mas vista por uma lente de augmentar. E não se estaria no estado de crise e de desconfiança permanente, que ahi se exhibe, que, dia a dia, multiplica os descontentamentos e engrossa a

reacção contra as instituições vigentes, e de que a restauração monarchica, que parece estar em publico e notorio emprehendimento, apesar de todas as suas difficuldades de exito e de proseguimento, poderá acabar por ser, por impulso republicano, note-se, a solução mais adequada á manutenção da existencia e integridade nacional.

E' estranha esta conclusão?

Por fórma alguma.

Tem-se dito, e com grande verdade, que os monarchicos é que fizeram a Republica : que estranheza poderá pois haver, visto que monarchicos e republicanos somos todos portuguezes, da mesma carne, do mesmo osso, do mesmo sangue e da mesma lympha, em que sejam os republicanos que refaçam a Monarchia?!

N'este caminho vão, se não em peior para elles e para todos, pois em presença da reacção suscitada pela politica sectaria, das divisões escandalosas entre os grupos e homens dirigentes da Republica, da agravada situação economica e financeira, da insegurança da ordem, da desorganisação militar, da crescente indisciplina social, é evidente, a todos que não estão cegos, a difficuldade, que se afigura insuperavel, de consolidar, a bem do paiz, o que está, ainda que se tente, para suffocar dissidencias, um golpe á esquerda ou á direita de dictadura republicana.

Assim, de uma tão critica situação resulta estar-se naturalmente ante a possibilidade d'este

grave dilemma : a fallencia e dissolução da Republica, liquidada internacionalmente com sacrificios que importariam a annullação ou consideravel amesquinhamento da nossa nacionalidade, ou o regresso da Monarchia como anteparo a esse desastre.

É esta situação que importa considerar tão desapaixonadamente quanto possivel, pois a propria solução presumivelmente salvadora não é tão simples quanto á primeira vista pode parecer, e apesar do nosso persistente e manifesto sentimento monarchico, leaes antes de tudo á honra e ao bem da patria, é mais com apprehensão do que com enthusiasmo que em tal expediente attentamos.

A historia da Republica Portuguesa, ainda que historia de um anno apenas, nas suas causas, na revolução que a implantou, nos seus actos e nos seus destinos, constituiria trabalho muito interessante de fazer com a devida documentação, pois tem os mais variados aspectos, uns graves, outros mais especialmente pittorescos, e factos ha ainda ineditos.

Em nos abalançarmos, porém, a tal tarefa não podemos sequer pensar, pois o tempo corre, e o que pode ser util á meditação, dos que para ella tenham faculdades, é um rapido esboço historico memorativo da situação presente e a ponderação de eventualidades, que de um momento para o

outro se podem tornar imminentes, ou mesmo reaes.

A hypothese monarchica, ainda que o pareça, não é banal, pois é claro que o eventual restabelecimento da Monarchia não pode cifrar-se n'uma simples reintegração do que existia á data de 4 d'outubro de 1910, e se para esse restabelecimento se tiver de ir é mister que a tal respeito alguma ideia e algum sentimento existam previamente na consciencia nacional, afim de evitar equivocos e desenganos, e que seis mezes depois de restabelecida a Monarchia se não esteja já outra vez descrente e descontente d'ella, como agóra visivelmente se está da Republica de um anno,

Despertar, pois, attenção publica sobre o grave problema nacional, que nos assoberba, eis o fim especial da presente publicação, na qual, como o leitor de são criterio e de animo sincero reconhecerá, não procedemos, nem com odio á Republica, nem com desmedido favôr á Monarchia, mas elevando-nos a mais altas inspirações de interesse patrio e apenas com o sentimento das fundamentaes conveniencias da nação.

Quando se proclamou a Republica, as condições em que a Monarchia fracassára deram-nos a ideia, profunda e irresistivel, de que ella não voltava, e de toda a politica nos apartámos.

As condições, porém, em que a Republica está por sua vez fracassando tambem, deixam

a todos entrever o eventual regresso das antigas instituições e sem que isto nos demova da nossa total abstenção de toda a politica militante temos como opportunas duas palavras sobre a situação, no sentido e com a isenção que deixamos indicados.

Nada d'equivocos : não se tracta de uma propaganda de sectarismo monarchico, *dê por onde dér, succeda o que succeder.*

O regresso da Monarchia é um facto grave e complexo demais, quanto a nós, para que por uma propaganda meramente sentimental se queira forçar.

Foi um erro, no ponto de vista nacional, proclamar a Republica, pois d'ahi só se podia entrevêr uma grave crise nacional e de duvidoso exito.

Mas parece que tinha de ser, que uma força de Destino e de Fatalidade a isso impellia irresistivelmente.

Assim, e passadas as coisas como extraordinariamente se passaram, o que importava era que a Republica, aproveitando de facilidades que imprevistamente encontrava, tivesse procedido de fórma a consolidar-se.

E hoje mesmo, se fosse ainda possivel, era caso para hesitar entre monarchicos patriotas, se não seria isso preferivel ao desenlace monarchico, de tão complexo condicionamento e tendo de supportar a responsabilidade da liquidação,

inevitavel e imprescriptivel, dos seus erros, acrescidos agóra dos da Republica.

Não faremos, pois, não queremos fazer, propaganda de sentido partidario, e só á razão pura de todos pretendemos fallar, sem que todavia isto importe censura aos que a façam, que podem muito sinceramente julgar bem fazer, não vendo as difficuldades e responsabilidades da empreza, ou entendendo poder com ellas, e sendo apenas nosso o engano.

A uma simples exposição aspiramos, pois, util porventura a todos os homens sinceros, monarchicos ou republicanos que sejam, e, se ella alguma luz e facilitação poder trazer á apreciação e resolução do problema que se inscreve sob a rubrica : *Republica ou Monarchia?* — por satisfeitos nos damos.

Isto posto, e para affirmar bem a isenção partidaria em que nos inspiramos, procuraremos, sem quebra do que é indispensavel dizer, evitar toda a desnecessaria accentuação referente a pessoas ou principios, e assim, que o leitor, monarchico ou republicano, a quem um ou outro conceito possa, ainda assim, não agradar, como em ambos os lados haverá de succeder, que nos faça no entanto a justiça de o ter como absolutamente sincero e desinteressado.

E para alguem a quem pareça extranho o anonymato, alias apenas de fórma, d'esta publicação,

a explicação é simples: queremos excluir d'ella toda a forma de pessoalismo num assumpto em que suppomos apenas representar um sentimento bastante geralmente partilhado, e, fazendo obra desinteressada de puro patriotismo n'uma hora tão grave e desconsolada para o nosso paiz e dos nossos filhos, não aspiramos á notoriedade, nem de applausos, nem de vituperios.

Não se trata, leitor, de uma exhibição... *thalassica*, como se diz na actual linguagem politica.

E' um simples acto de consciencia portuguesa, abnegado, imparcial, e nem sequer inspirado na vaidade de dizer com algum civismo, porventura arriscado, cousas que todos sentem e que profundamente importam ao bem da nação.

N. E. — 8 de Novembro de 1911 (*).

(*) O seguimento deste trabalho só foi reatado em Abril do corrente anno, ao reconhecer-se que decididamente as cousas publicas se iam aggravando cada vez mais.

I

Porquê e como succumbio a Monarchia e triumphou a Republica.

Parece que a primeira vez que se fallou em Republica Portugueza foi em 1640, quando, perante as hesitações do Duque de Bragança em acceitar a Corôa de Portugal, os conjurados lhe manifestaram a resolução de fundar — uma republica.

Mas não se filiam n'este historico facto, é claro, as origens do partido republicano, como tampouco remontam ellas aos *patuleias,* que, depois da celebrada revolta, chamada da *Maria da Fonte*, e antes da pacificadora *Convenção de Gramido*, pensaram em substituir o Throno de D. Maria II por uma Republica.

Logo após, Antonio d'Oliveira Marreca pensou ainda em proclamar a Republica

em Portugal, chegando a constituir ephemeramente com Antonio Rodrigues Sampaio e José Estevão uma cousa a que se deu o nome de *Commissão Revolucionaria de Lisbôa* e de *Triumvirato Republicano.* Mas propriamente o partido republicano portuguez, em que entronca genealogicamente a actual republica, apparece, se não estamos em erro, pela primeira vez em 1864 no *Club dos Lunaticos* (46 annos depois, a *lua* fazia-se-lhes *sol),* a que no Pateo do Salema presidia Oliveira Marreca e de que faziam parte Souza Brandão, José Elias Garcia, Latino Coelho, Bernardino Pinheiro, Sabino de Sousa, Gilberto Rôla e outros, que, em resumo, são verdeiramente esses os paes e os tios dos actuaes republicanos.

Veem logo depois Manoel d'Arriaga, Theophilo Braga, José Falcão, Rodrigues de Freitas, Jacintho Nunes, João Bonança, Magalhães Lima, Caldas, Teixeira Bastos, Consiglieri Pedroso, Teixeira de Queiroz, Gomes da Silva, Alves Correia, Benevides, e outros, mas foi só em 1876 que se installou o primeiro *Directorio.*

Até proximo de 1891, porém, o partido republicano é de uma mera feição doutrinaria, representando-se inicialmente no par-

lamento apenas por José Elias, de quem Fontes, paraphraseando Voltaire, dizia, sem desprimôr, e em simples homenagem á sua qualidade de republicano ordeiro, que, « se não existisse, era necessario invental-o ».

Á Camara veem ainda Rodrigues de Freitas, Arriaga, Consiglieri, Teixeira de Queiroz, Gomes da Silva, mas são tambem republicanos pacificos.

O partido *revolucionario*, esse, apparece com a revolta de *31 de janeiro*, principalmente machinada por Alves da Veiga e João Chagas.

O enfraquecimento em que a morte de Braamcamp, e depois a de Fontes, deixára a politica monarchica, a já sensivel crise financeira, que ia depois transformar-se em *bancarôta*, a influencia suggestiva da proclamação da republica no Brazil e a indisposição creada pelo *ultimatum* da *fiel alliada*, tudo isso concorreu para preparar e estimular o emprehendimento revolucionario, que não foi todavia bem succedido.

Alquebrado o partido com o fracasso da aventura, lá foi todavia vivendo e creando novos adeptos, entre doutrinarios, ambiciosos, e descontentes, mas sem maior relevo, até que entra em scena o Sr. Affonso Costa,

eleito deputado pelo Porto, não como affirmação republicana, mas como revindicta das medidas edictadas pelo governo contra a *peste*.

A sua juveníl audacia, o seu brilhante talento parlamentar desde logo affirmado, são uma nova aurora para o partido, mas detida, suspensa, por successivas eleições, em que o partido republicano não consegue eleger deputados seus.

A scisão regeneradora vem, logo após, perturbar profundamente a politica monarchica, afundando-a em intrigas e desatinos, que descontentam o paiz e fortificam naturalmente todas as opposições, sem exclusão da republicana.

O Snr. Bernardino Machado, antigo ministro da Corôa, e antigo despeitado (aliás justamente) pelo procedimento da dita Corôa, ou antes dos seus ministros, para com elle, entrega-se a uma activa propaganda republicana.

Com alta situação social, nome prestigioso e honradissimo, grande fortuna pessoal e uma actividade que se torna por vezes febril, leva a propaganda a todos os cantos do paiz, a todas as classes sociaes, entre maiores e menores.

Ninguem, ninguem trabalhou mais e se

deu a mais incommodos pela causa da republica do que elle, e, em verdade, á presidencia que ambicionava tinha o maior dos direitos, se justiça e gratidão tivessem em politica uma sombra de valôr.

E á acção d'estes dois caudilhos, vem accrescentar-se, além d'outras tambem valiosas, as do tribuno Snr. Antonio José de Almeida e do jornalista Snr. Brito Camacho.

Apparece no entretanto a *questão dos tabacos*, explorada successivamente por umas facções contra as outras. Ella e a *dissidencia progressista* aggravam a situação politica e continuam a fortalecer o republicanismo.

O Snr. João Franco, de tão complexa psychologia, surge então de novo. Na opposição faz a côrte aos republicanos e ameaça com elles a Corôa. No poder tenta captal-os e, não o conseguindo apezar do concurso que parece dar para o seu relativo triumpho eleitoral, fica em duello com elles, dando-lhes honras de belligerantes que os enaltecem.

Ascendem visivelmente.

João Franco, cheio por ventura das mais desinteressadas e patrioticas intenções, está obsecado pela rivalidade Hintze Ribeiro (homem de tão alto valor e de tão bondosa fraqueza), e depois pela resistencia republi-

cana. Alliado aos progressistas, tem contra os implacaveis e fatidicos dissidentes do « *dôa a quem dôer, succeda o que succeder* », que entram em intelligencia com os republicanos.

A alliança progressista quebra-se e João Franco fica em lucta violenta contra todos.

Incomprehensivelmente, põe-se a cada passo o Rei em fóco — com a carta a Hintze Ribeiro, com a declaração dos adeantamentos, assumindo a dictadura, levando o Chefe do Estado a recusar a visita aos Conselheiros d'Estado, fazendo-o assignar um decreto de liquidação dos proprios adeantamentos, promovendo ou auctorisando a *interview* com o jornalista Galtier, promulgando a modifição das formas de julgamento e de penalidade para os revolucionarios.

Os espiritos agitam-se, republicanos e dissidentes tramam, fazem-se prisões. Malogra-se o movimento planeado para 28 de janeiro, mas El-Rei D. Carlos e o Principe Real são mortos cinco dias depois.

Para os republicanos o golpe é grande. Mas chamado, á falta de gente, o Snr. Ferreira do Amaral para a presidencia do primeiro ministerio d'El-Rei D. Manoel, encontram n'elle o seu mais util amigo. Amigo, que janta com o Rei e conversa com a Republica,

almirantescamente navegando entre ambos.

O partido republicano impa de novo.

Posto em evidencia a inconveniente conservação do gabinete, este cae e segue-se-lhe um ministerio de dias presidido pelo Snr. Sebastião Telles, e logo depois o do Snr. Campos Henriques. Mas de dentro d'este agita-se e manobra conspicuamente o Snr. Wenceslau de Lima, que pouco depois se substitue a elle, em intelligencia com os dissidentes e com o Snr. Teixeira de Sousa, estes por sua parte nas melhores relações com os republicanos, que continuam assim a progredir.

Um ministerio progressista, presidido pelo Snr. Francisco Beirão, tenta segurar a situação, mas rebenta a questão do Credito Predial, que as opposições monarchicas e republicanas colligadas ardentemente exploram involvendo o chefe do partido, e o governo succumbe.

Assume o poder o Snr. Teixeira de Sousa, com todas as suas compromissões de intimidade com os dissidentes e republicanos — o Sr. Teixeira de Sousa, em cujas mãos, assim, parece que um destino fatal tinha marcado que havia de succumbir a Monarchia.

Tenta, é certo, encostar-se aos grupos

monarchicos orthodoxos, mas estes repellem-n'o e elle fica tanto mais á discrição dos seus alliados revolucionarios.

A politica monarchica complica-se cada vez mais, os republicanos rejubilam, e trez mezes depois, após uma precursora manobra em falso quando El-Rei estava no Bussaco, rebenta a aventura d'onde sae a Republica de 5 d'Outubro.

Tal é o *curriculum vitae* dos ultimos tempos da Monarchia.

Mas quem fez o partido republicano, como partido de acção, e a Republica?

Todos, mas principalmente os monarchicos.

Certamente os republicanos urdiram, sobretudo nos ultimos tempos, uma intensa propaganda, pondo em acção a *maçonaria* e a *carbonaria*.

Mas propaganda de quê?

De ideias educativas e ordeiras?

Não, de instigações odientas contra o existente e de promessas fallazes e incumpriveis para quando tivessem o poder, fazendo assim fermentar todas as más paixões n'uma população pouco prospera e pouco educada,

contando 80 °/₀ de analphabetos, e conjuncta, mas exageradamente, todas as justas aspirações a um maior bem estar.

Mas quem é que tornou, no fundo e na forma, possivel e efficaz uma tão revolucionaria propaganda?

Os monarchicos dirigentes e só elles. E por duas formas fundamentaes : dando realmente motivo ás queixas dos governados, e não defendendo as instituições e a propria sociedade dos ataques a que finalmente succumbiram.

Os partidos, desorganisados, minados por dissidencias originadas em vaidades, despeitos e ambições, não só se esterilisaram para uma administração una e efficaz, mas nas pugnas de uns com os outros, e dentro de cada um, com parenthesis de combinações ainda menos edificantes, politicamente se desauctorisaram e pelos seus perniciosos exemplos em absoluto desmoralisaram o paiz, fomentando n'uns a descrença, o tedio ou a indifferença, n'outros o proprio espirito revolucionario, que os republicanos, pelo seu lado, repuxaram.

Accusar os homens publicos primaciaes de venalidade, ou melhor de *ladroeira*, como se escrevia e continua a escrever, era uma

calumnia, como bem se reverifica agora, em que de tanta syndicancia intencional e ardilosamente promovida, nada, absolutamente nada, resultou. Mas não deixa de ser verdade, que, entregues os politicos ás suas preoccupações de clientelas, a pouca disposição innata do portuguez para aquillo que se chama *administração* mais se aggravou ainda em facilidades menos parcimoniosas, reflectindo-se, não só no orçamento e na bolsa do contribuinte, mas na boa ordem dos serviços publicos.

Assim, materia prima tinham os republicanos para incendiar os espiritos, pondo tudo á conta da Monarchia e deixando-os na fagueira persuasão de que vindo a Republica ella seria totalmente differente.

Mas se á Monarchia liberal cumpria deixar ás opposições a livre exposição dos seus erros e d'ella aproveitar para os emendar, o que não podia, nem devia, era consentir propagandas diffamatorias e revolucionarias nos termos violentos e offensivos, em que tantas vezes se fez e que hoje se não consentiriam.

Mas a isso, obstava aquillo que no euphemismo lusitano se chama — *a brandura dos costumes* (que outra coisa não é, muitas vezes, senão a collectiva falta de caracter, para não

dizer covardia), e assim, deixando-se todos os ataques correr sem punição e sem cohibição — o principio de governo e de auctoridade, indispensavel em todo o organismo social, se foi definhando e desprestigiando, pondo em risco a ordem, aggravando todos os males e preparando o triumpho revolucionario, que finalmente chegou, mercê do desconjuntamento de todas as peças do mecanismo nacional.

Evidentemente, se a politica monarchica tivesse tido mais correcção, e, mesmo que assim não fosse, pois em materia politica não ha perfeições e houve sempre exagero na accusação, se houvesse defendido as instituições com mais decisão, aprumo e coragem, a Republica não teria chegado ainda, ou pelo menos não teria triumphado tão vergonhosamente para a Monarchia como succedeu.

A Republica, pois, que ahi está, quem ainda menos a fez foram os republicanos.

É a obra nossa, dos monarchicos, enfraquecidos pelas inglorias e por vezes vergonhosas luctas de penachos e penachinhos, a que se sacrificaram os interesses do paiz (tal qual, como hoje está succedendo), e que se não defenderam, como lhes cumpria — por dever d'honra propria e de lealdade para com o Rei.

A Republica não a fizeram, nem o Sr. Bernardino Machado com o seu enorme poder e actividade de incançavel propagandista, nem o Sr. Affonso Costa com o seu verbo fulminante, nem, como adiante se verá, o proprio Sr. Machado Santos, apezar de, embora simples official plumitivo, ter sido militarmente o verdadeiro e denodado Saldanha da aventura, merecendo assim muito justa e honrosamente, com os louros da victoria, a propina maxima das materiaes recompensas da Republica.

Todos, cada um por sua forma, a fizeram, mas principalmente os monarchicos, e, se é honra tel-a feito, pertence essa honra em especial áquelles que mais directamente contribuiram para fortalecer o partido republicano, ou antes, o seu grupo revolucionario, e ainda principalmente aos que, no momento critico, desampararam essa monarchia, que tinham por dever defender, com a vida, se tanto fosse necessario.

Assim, no meio das responsabilidades de todos, algumas ha, de facto, mais especiaes.

Quaes?

As dos que mais sacrificaram a administração publica ás preoccupações da politica. As dos que mais contribuiram para a desor-

ganisação da politica monarchica. As dos que mais puzeram a realeza directamente em fóco e em cheque. As dos que, por nefastos conluios ou compromissões com o republicanismo, enfraqueciam a acção monarchica e fortificavam o impulso republicano. As, finalmente, dos que, involvidos em taes compromissões, ou mesmo fóra d'ellas, no momento critico, por covardia, traição, ou simples inepcia, não souberam occupar o seu posto de honra.

Quem foram todos esses?

Não temos que aqui inscrever os seus nomes, aliás no espirito de todos, pois não fazemos aqui, nem historia, nem pamphleto, e o nosso thema queremos, tanto para o lado dos monarchicos, como dos republicanos, tratal-o sem inuteis fulminações e o mais impessoalmente possivel. Mas essas responsabilidades são evidentemente grandes.

Os que por descomedida ambição fomentaram o descalabro dos dois grandes partidos, em vez de os corrigirem e fortificarem, teem-na muito grande, pois d'ahi se iniciou todo o mal activo.

Ha já cerca de 20 annos, dizia um dos mais subtis e avisados espiritos que na politica portuguesa floresceram e brilharam,

dizia-nos Barjona de Freitas — que a Monarchia vivia essencial e indispensavelmente appoiada nos dois grandes partidos.

A sua videncia teve, como se verifica, a mais eloquente confirmação : desorganisados os partidos pelas successivas *dissidencias,* que os transformaram em multiplas e anarchicas facções de interesse ou de vaidade pessoal, deixaram de poder ser amparo das Instituições e um simples sopro as fez desabar, quasi sem ellas darem por isso.

Os que do alto do Poder, em vez de subtrahirem o Rei a responsabilidades e discussões, inadvertidamente o puzeram em fóco, descubrindo-lhe o peito ás balas, que acabaram por não ser só de papel, teem sobre si a mais tremenda das responsabilidades no impulso dado á onda revolucionaria.

Os que, dizendo-se monarchicos, por jogo politico, emparceirando-se com os republicanos para d'elles fazerem ponto d'appoio ás suas ambições, despeitos ou vinganças, involvendo-se assim em compromissões, que os manietaram e os deixaram mais ou menos á sua mercê, se só incorreram em erro, foi erro que, pelos effeitos, assume as proporções de crime politico.

E quanto, finalmente, aos que no mo-

mento critico, em presença do perigo, não appareceram, ou, mais decididos, fugiram, deixando o Rei e as Instituições sem a menor defeza, d'esses, os que puderem perante a Historia furtar-se a labéo maior, terão de ficar vincados pelo stygma não muito mais honroso da ignavia e da incapacidade (*).

Porque a verdade é esta : a tentativa republicana, apezar de todos os preparos maçonicos, carbonarios, pyrotechnicos e outros, não tinha regularmente condições para vingar e esteve pelos proprios republicanos considerada absolutamente perdida.

Isto é authentico. Foi-nos relatado por pessoa involvida no trama com os magnates. Entendendo todos o caso perdido, essa pessoa embarcou precipitadamente no *Cap Blanco*, ficando em Vigo profundamente surprehendida com a noticia telegraphica do triumpho republicano.

O que propiciou então a victoria aos republicanos ?

Em primeiro logar a nenhuma utilisação

(*) É justiça resalvar que muitos, e é o caso da generalidade do exercito, se não cumpriram melhor o seu dever é porque se sentiram elles proprios desamparados ou atraiçoados.

dada ás tropas fieis, que eram quasi todas, e tanto mais facil que a heroica Rotunda chegou a estar como que abandonada. E, como remate, a funesta *gaffe* d'esse joven e inacreditavel encarregado de negocios allemão, pedindo um armisticio, que, não menos inacreditavelmente se lhe concedia.

E ahi vae o nosso cavalleiro e anjo da paz, galopando Avenida acima, de bandeira branca em punho !

Lá no topo estava o Sr. Machado Santos, que mais atilada, do que ainda denodadamente, se poz a caminho, Avenida abaixo.

Encontrou-se elle e a turba que já então trazia atraz de si, com a tropa fiel (mas arrazada, pois ninguem tinha cuidado, nem de a empregar, nem tampouco de lhe dar de comer) e no encontro todos entendem, nem regularmente podiam entender outra coisa, que havia accordo geral com o Sr. Machado Santos.

E não foi preciso mais nada : era uma vez a Corôa de Affonso Henriques, que trinta Reis Portugueses em oito seculos haviam cingido !

. . . .

Sem se pretender que a gloria da Rotunda seja superior á de Ourique, é manifesto que o Sr. Machado Santos fez uma intelligente e opportuna prova de decisão, e foi elle, embora com o imprevisto e fatidico concurso do intruso extrangeiro — na linguagem portuguesa propriamente um abelhudo, que definio o triumpho revolucionario e a conquista da Republica.

Todavia, sem essa inopinada intervenção, tão extranha, quanto extrangeira, do juvenil subdito e delegado do Imperador Guilherme, o Sr. Machado Santos não teria então descido a Avenida, e não é certo, antes muito menos provavel, que a tivesse percorrido depois tão triumphantemente.

Mas aos nomes d'estes dois occasionaes fundadores das nossas novas Instituições, ha que acrescentar outro — o do Chefe do Governo, pois foi sobre a sua tão extraordinarir inercia (*) que se exerceu a varonil e

(*) Emilio Olivier escreveu 14 volumes *(L'Empire libéral)*, em que a queda do Imperio, de que era ao tempo primeiro ministro, é tratada, e nelles se defende e honra o autor.

Não chega ao mesmo resultado o Sr. Conselheiro Teixeira de Souza nos dois volumes que acaba de consagrar á queda da Monarchia, de que era tambem primeiro ministro.

fecundante audacia do Sr. Machado Santos.

Effectivamente, considerada a Republica na sua procreação e gestação ultimas, pode-se em familiar allegoria, para que se péde venia, estabelecer com perfeita verdade, que seu pae foi o Sr. Machado Santos, sua mãe o Sr. Teixeira de Souza, servindo de parteira um encarregado de negocios, pelo visto... obstetricos.

Casos extravagantes da luza historia !

A Republica estava, pois, proclamada em Lisboa, mas o que diria a parte restante do paiz?

El-Rei, que tinha desde o inicio do movimento perdido todo o contacto com o seu governo, pois nunca mais viu o seu presidente de conselho, retirara-se na tarde de 4 para Mafra.

Nas primeiras horas da manhã de 5 as impressões eram ali optimistas, e já se viu que com fundada razão, mas, cerca das 10 horas, chegavam as Rainhas, já portadora, a Senhora D. Amelia da fatal noticia, recebida em Cintra.

Que podia a Real Familia fazer para se manter, defender, resistir?

Tem-se querido dizer, tendenciosa ou im-

pensadamente, que a Monarchia se perdera, porque o Rei — fugira.

De sciencia certa sabemos que tal não foi a sua intenção, e, da propria boca da Rainha a Senhora D. Amelia, estas terminantes e corajosas palavras sahiram, e as temos ainda frementes no ouvido — « vencidos sim, fugidos não ».

A questão foi logo assim posta : ficar e tentar defender-se com a pouca tropa que estava em Mafra e os leaes servidores do Palacio, ou ir em demanda do Porto, em automovel ou pela via maritima, aproveitando o yacht *Amelia*, que acabava de sahir em direcção á Ericeira.

Excluida a ideia de uma defeza impossivel e que inutilmente sacrificaria vidas e tornaria justamente odioso o Rei, não havendo confiança na via terrestre optou-se pelo embarque, e é fóra de toda a duvida que o barco aproou ao norte, nas brumas do norte desappareceu e era ao Porto, cheios de confiança (e parece que justificada) que o Rei e sua Familia pensavam ir aportar.

Porque não chegaram lá? Porque retrocederam para o sul, indo aportar a Gibraltar, onde os desembarcaram, diz-se, como carga já incommoda?

Naturalmente por uma razão muito simples — porque não tiveram quem lá os levasse.

Não, não foram elles que fugiram.

Mas, supponde que fugissem, por não disporem de nenhuma solução de defeza, que increpação se poderia fazer-lhes com justiça? Onde está na Historia, entre tantos exemplos que ella contém, em monarchias e republicas, o Chefe do Estado que, indefezo, voluntariamente esperasse em casa, que a Revolução lhe viesse botar a mão á gola do casaco para o passeiar, humilhado pelo menos, perante as massas revoltas e ebrias de triumpho e de odio?

Os que abandonaram o Rei e receiaram associar-se ao seu destino podem achar commodo dizer que foi elle que abandonou a Nação para justificarem adhesões expressas ou tacitas aos triumfadores. Mas, é evidente que procedendo assim incorrem apenas — duas vezes, em vez de uma, na condemnação que sobre elles tem de pezar.

Se El-Rei tivesse chegado ao Porto, como pretendia e onde o esperavam, é bem possivel que a ultima palavra não fosse a da Rotunda.

Mas o yacht *Amelia* tinha pressa de regressar ao Tejo, e assim desembarcada a

naufragada realeza em Gibraltar, o Porto deu o caso por concluido, adheriu, e a revolução ficou consummada e acceite ficou em todo o paiz a Republica.

Mas do exposto, que se affigura d'uma realidade photographica, bem claramente se deduz que se os erros, desatinos, falta de senso, de lealdade e de coragem dos monarchicos prepararam e tornaram possivel o desenlace de 5 d'outubro, como esforço republicano, embora grande na momentanea audacia, não demandou elle maior batalha e o seu exito, no fundo, foi o que bilharescamente se chama — *um bamburrio.*

A despeito de tudo, o paiz, que não é só a Maçonaria e a Carbonaria (*), não era republicano, e menos é hoje (**), como os

---

(*) Segundo uma estatistica citada pelo Sr. Borges Grainha, os *maçons* de Portugal, em 1911, eram apenas no numero de 2.887. Os carbonarios, diz o mesmo autor, que orçam por 40.000.

Esta instituição parece possuir em si alguns homens de valor e de sãs intenções, mas não estará, evidentemente, em seu poder deter a violencia anarchisante das massas. Em instituições d'esta natureza os chefes só ao principio commandam. Depois são elles os commandados e para defesa propria teem de obedecer á onda que os impelle, para que ella lhes não passe por cima do proprio cadaver.

(**) O Snr. Brito Camacho, chefe do partido unionista, ainda não escreveu isto, mai já em 4 de junho corrente, escreveu o que segue :

proprios republicanos já reconhecem, e se não fôssem as inepcias, pusilanimidades, ou como melhor se lhe deva chamar, das auctoridades constituidas e a eternamente fantastica intervenção do mais inverosimil dos encarregados de negocios, encarregando-se, de motu-proprio, de um negocio que por forma alguma lhe competia, o de todos bemquisto, nobre, honrado e desambicioso cidadão, que se chama o Dr. Manuel d'Arriaga, não teria sido incommodado para substituir na alta chefatura do Estado o, até agora, tão pouco affortunado D. Manuel II.

E assim, para responder ao titulo do presente capitulo, se pode resumir : que a Monarchia succumbiu, no geral por falta de

---

« Convêm não esquecer que o paiz não fez a Revolução, deixou-a fazer, dando-lhe a sua cumplicidade e as suas sympathias. Só em Lisboa houve lucta, e ainda aqui a lucta se circumscreveu a tres pontos limitados — a Rotunda, que mandava balas para o Rocio, o Rocio que mandava balas para a Rotunda, e o Tejo, onde os nossos modestos barcos manobravam ás ordens de meia duzia de officiaes revolucionarios, ameaçando com a sua artilheria as forças que se mantinham fieis ao regimen extincto.

Se a revolução tivesse sido do paiz e não apenas de Lisboa, se as principaes cidades e villas tivessem collaborado activamente na implantação da republica em vez de aguardarem, n'uma espectativa bastante commoda e um nadinha cobarde, o facto consummado, fôsse elle qual fosse... »

caracter, no especial por vergonhosas pusilanimidades, ou peior, e a Republica triumphou por um acto d'extravagante audacia, perpetrado e coroado d'exito na conjuncção abstruza de um não menos extravagante concurso de momentaneas circumstancias, lembrando aquillo que na phrase popular se chama — *a maré do carvoeiro.*

O bamburrio! A maré do carvoeiro!...

Taes foram, no momento, as bases positivas da proclamação da Republica Portugueza.

II

A experiencia da Republica.

Victoriosa a revolução sem qualquer resistencia, na geral comprehensão, derivada da forma porque tudo occorrera, de que a Monarchia passára de vez á Historia, a Republica dispunha do paiz nas mais favoraveis condições, ninguem pensando em reagir, todos conformados, e os mais monarchicos, esses mesmos, embora melancolicos, rendidos á fatal realidade de si para si pensavam — que, ao menos, fosse para bem do paiz e lograssemos ter uma boa republica.

A Republica podia, pois, fazer ao paiz todo o bem por tantas e tão repetidas formas promettido, pois nenhuma opposição encontrava deante de si, e todos, ou pouco menos, *adheridos* e *não adheridos*, eram unanimes no desejo de fazer credito aos oito homens que constituiam o Governo Provisorio, pro-

clamado do alto da varanda municipal na linda e extravagante manhã de 5 de outubro de 1910.

Por sentimento de dignidade e de decoro, muitos se retrahiam, pois não é a todos dado o maravilhoso condão e a coragem impávida de, a 24 horas de distancia, poder saudar com o mesmo enthusiasmo e a mesma convicção a Monarchia e a Republica, e beijar com o mesmo fervor duas bandeiras oppostas. Mas n'esses mesmos não existia hostilidade e bem o patenteou o Snr. Paiva Couceiro.

Assim, nunca revolução alguma encontrára o caminho mais desembaraçado deante de si para o proseguimento da obra a que dizia vir.

As revoluções legitimam-se para, atravez e por meio da febre e do abalo que são a sua essencia, reattingirem depois novamente e por forma mais perfeita — a *ordem*, fim de toda a sociedade, a ordem, que momentaneamente tiveram a necessidade de convulsionar.

Custa ella, em geral, a restabelecer, porque mais ou menos de pé ficam os vencidos recalcitrantes, que é necessario subjugar, obrigando isto por vezes os triumphadores a

appoiarem-se nas massas ultra revolucionarias.

Mas, na revolução de outubro, o caso foi diverso porque não ficaram recalcitrantes : uns tinham adherido e os outros só desejavam um governo que se impozesse á adhesão geral, e a paz e ordem, que, alguns excessos populares á parte, logo reinou, constituia a surprehendida admiração do mundo inteiro.

Bem simplificada estava, pois, a tarefa da reconstituição nacional sob a egide das instituições republicanas : não havia que combater, havia apenas que reconstituir, e á vontade.

E tão cançado e desconsolado se estava da politica monarchica, mesmo entre muitos dos que a ella pertenciam, que a respiração de um novo ar não contrariava profundamente ninguem, nem mesmo talvez muitos d'aquelles, que pela sua situação pessoal soffriam ou podiam soffrer.

O que estava, pois, indicado?

Uma obra de paz — de ordem e de trabalho, como annunciára o edital do Governador Civil de Lisboa. Uma obra de paz, que a todos congraçasse para o bem commum e para a maior honra da Patria. Uma obra de paz, que a todos indistinctamente fizesse o

menor mal e o maior bem. Uma obra de paz, que excluisse do seu programma vinganças, perseguições, divisões, e em que todos, segundo os seus meritos e competencias, podessem cooperar para o bem do paiz e para a propria gloria das novas instituições.

Não se podia, evidentemente, pretender que a revolução triumphante repudiasse as suas origens e, em homenagem ao bom acolhimento das classes conservadoras e ordeiras, sacrificasse as massas mais ou menos jacobinas com que se fizéra. Mas, o contrario, precisamente, d'isto, o Governo alimentando as más paixões do odio e da inveja, n'uma hostilidade systematica e aggressiva contra os mais genuinos defensores dos principios da ordem, não tinha tam pouco razão de ser e constituia um grave erro de politica governativa.

Havia aqui uma questão da justa medida e de equilibrio a attender, e que demandava a cabeça e o pulso de um homem de estado e de um verdadeiro politico.

Bonaparte, depois de Brumario, para reconstituir a França não renegou, nem mesmo depois no Imperio, as origens revolucionarias da nova sociedade, mas, longe de a fundar sobre a esterilidade jacobina, teve a

peito chamar a si todos os elementos do antigo regimen, que tinham a tradição da ordem, da auctoridade e da continuidade historica, e o seu processo de reconstrucção administrativa, como depois o dizia em Santa Helena, fôra — conservar os homens e mudar a sua acção.

Bonaparte não appareceu entre nós, e não queremos d'isso fazer aggravo a nenhum dos consules do Governo Provisorio, que não vinham de Rivoli, nem iam para Marengo, mas nem por isso é menos lamentavel que se não inspirassem na fecunda doutrina e no grande exemplo da maior e mais util gloria da Revolução Francesa.

Não, ao contrario, aqui, onde o paiz tendia, por si, para a ordem e para a união, a politica fez-se com sacrificio da ordem e para a divisão.

A policia, deixou de ser a policia, foi a carbonaria; o exercito não bastou como exercito, crearam-se os batalhões voluntarios; cidadãos não eram todos os portugueses, mas só os *republicanos historicos*. Quem não é historico, sobretudo se tem alguma veleidade de crença catholica praticante, não conta. — É como não sendo, nem cidadão, nem portuguez, e ao reprobo só generosamente se lhe

deixa optar entre a qualidade de *thalassa* ou de *canastrão*, com direito a todas as correlativas vaias e insultos.

E isto, em nome da mais austera moral, embora seja visivel, que, em regra, e salvo respeitaveis excepções, os monarchicos mais do immediato agrado republicano não foram precisamente os melhores.

A divisão da familia portuguesa, no ponto lamentavel a que ella chegou, foi a capital acção do governo republicano, assignalada fundamentalmente na chamada *lei da separação*, o menos racional e o mais impolitico de todos os actos do Governo Provisorio.

Foi o golpe indispensavel no *clericalismo*, quer dizer-se.

Mas onde estava o clericalismo em Portugal?

Foi cousa que nunca ninguem viu, mas cuja invocação de ha muito se tem entre nós como a receita infallivel para convulsionar a ingenua cerebração academica dos philosophos constituindo os 80 °/₀ do analphabetismo lusitano.

Clericalismo portuguez, é cousa que nunca existiu neste paiz de indifferença clerical — que era. Mas não será de admirar que a lei republicana tenha lançado as bases de um

futuro clericalismo, tanta é a reacção que determinou.

Porque a verdade é que a lei não é má para a religião — em si, e antes a purificará e afervorará em Portugal, onde tinha uma feição bastante banal e mesquinha. E' má, pela perturbação que trouxe, pela divisão social que determina e pelas vexações de que se acompanha.

Bonaparte, que não era thalassa, não descançou emquanto não fez com a Santa Sé a *concordata* de 1801. Aqui, a primeira pressa foi proclamar vaidosamente uma *discordata.*

« O Papa, o successor de S. Pedro, o Vigario de Christo na Terra, que milhões d'homens de pólo a pólo veneram atravez dos seculos — não conhecemos. »

Que tristes palavras d'homens!

Que dolorosa inconsciencia d'estadistas no paiz dos 80 °/₀ d'analphabetos!

Podia-se, se assim se entendesse, e talvez conviesse, modificar o regimen das relações entre o Estado e a Egreja, e o direito pleno do Estado era organisar o registo civil, que ha muito deveria existir.

Mas o que se teve em vista não foi isso : foi aniquilar a religião e a idéia de Deus.

« Em trez gerações, proclamou-se, a religião terá acabado. »

Isto, nem o proprio Robespierre, expressão maxima do jacobinismo revolucionario, sanccionaria. Não queria a influencia catholica, que lhe era politicamente adversa, mas uma religião, mais ainda uma religião d'estado, tão indispensavel a julgava, que creou, elle proprio, a religião e a adoração do *Ser Supremo,* consagrada nas festas decadarias e inaugurada na famosa solemnidade do 20 Prairial.

E Proudhon, que não era tampouco thalassa? Não educou elle as suas duas filhas entre religiosas? E não estabelecia elle um dilemma tão desfavoravel para as mulheres sem religião, e ás quaes deixava uma alternativa, por signal pouca lisongeira?

E Voltaire, o proprio irreverentissimo Voltaire? Não é elle o auctor da heretica, mas profunda phrase : « *Se Deus não existisse era necessario invental-o* »? Não foi elle que abençoou o filho de Franklin com estas duas invocações : « *Deus e Liberdade* »?

No dominio meramente terreno, que é aquelle de que aqui exclusivamente se trata, podem individuos especialmente dotados dispensar na ordem moral o principio reli-

gioso — uma sociedade, não. A atmosphera dos subtis sentimentos e dos graves pensamentos, que se ligam a ideia de Deus e ao mystico principio da Fé, é-lhe absolutamente indispensavel para não cahir na bruteza animal.

A benefica influencia total da religião, e em especial do christianismo, no progresso moral da humanidade é um facto que se impõe de uma maneira absoluta.

E o que pozeram os nossos Robespierres em logar de Deus para conchego dos humildes, para conformidade das pobres creaturas perante as inexpugnaveis desigualdades da natureza e da sorte, para suavisação das irreparaveis desgraças, para amparo da alma na hora tremenda da morte?

Não é transcendentemente sublime, na horrivel catastrophe do *Titanic*, ver centenares de naufragos acceitarem, sem os horrores da desesperação, a tragica fatalidade, entoando em còro, num maravilhoso acto de Fé: « *Mais junto de vós, ó meu Deus* »?

Não demonstra isso, com a mais assombrosa eloquencia, que Deus e a Oração são o supremo conforto da alma humana?

Que poseram em seu logar os perseguidores da Religião?

Nada, porque nada no dominio das concepções humanas pode numa sociedade substituir o freio e o appoio da Fé.

Nem a sciencia, nem a philosophia, e muito menos ainda a pretenciosa latoaria dos apetrechos maçonicos.

Entre os 80 °/₀ já fallados, e mesmos fóra d'elles, é corrente a crença de que Republica e Religião são termos e idéias incompativeis.

Na verdade, muito incompativeis! Tão incompativeis, que Lamartine, membro preponderante da Republica de 48, conta entre as suas mais bellas obras poeticas — *O Crucifixo*, e que na Suissa, a mais genuina das republicas, com grande encomio, segundo ouvimos, do poeta eminente que ali representa o laicismo da Republica Lusitana, as primeiras palavras da Constituição Helvetica, são estas : *Em nome de Deus Todo Poderoso!*

Viva a Republica! abaixo Deus! — é cousa que, ao presente, só em Portugal se proclama.

Na propria Republica Franceza, os mesmos corypheus do laicismo, lá teem de seguir até ao interior de Notre-Dame, como ainda ha dias se viu, os despojos dos heroes que

morrem pelo Dever e dentro da Fé. Isto para não ficarem isolados na portaria.

E não é só isto. Já se procura a approximação de Roma.

A Republica, neste paiz tão desconcertado, doente em grande parte pela sua carencia de cohesão, em vez de aproveitar as favoraveis condições para a sua união, util á Patria e á propria Republica, só pareceu fatalmente empenhada em, por todas as formas, accentuar as antigas divisões e cavar novas. E conseguiu-o.

Foi para uma obra de depuramento, diz-se, para não inquinar a Republica dos erros e vicios monarchicos, trazida a peste pelos seus homens.

Ridicula mentira.

Acaso, no total, se pode, como o Snr. Bernardino Machado dizia, estabelecer como aphorismo politico, que onde está um republicano está um homem de bem, ficando á conta da Monarchia todos os homens que não são de bem?

Na Camara franceza, em 1849, n'um momento de paixão, Berryer, o grande e eloquente orador realista, soltou uma qualquer phrase violenta, que obrigou o presisidente Dupin a intervir. « Perdão, explicou

Berryer, eu não disse que todos os republicanos eram ladrões, o que disse é que — todos os ladrões eram republicanos. »

As duas theses são erroneas, porque homens-de-bem e não-de-bem existem em toda a parte e não são apanagio de nenhum grande grupo, constituidos todos elles inevitavelmente por bom e mau.

Mas de tantas syndicancias, tão ardente e tendenciosamente ordenadas pela Republica contra a Monarchia, o que sahiu?

A maior parte não chegaram a ver a luz do dia, e das restantes nada resultou contra a probidade pessoal dos ministros monarchicos. Quasi todos erraram, alguns abusaram politicamente. As prevaricações, se existiram, foram certamente muito excepcionaes, pois nem uma se demonstrou.

Houve escandalos n'uma monarchia velha de 8 seculos?

Sem duvida.

Mas não teem elles já rebentado tambem no seio austero da nossa republica de dezoito mezes?

Não o dizemos nós. Proclamam-no jornais republicanos.

Não, a divisão a que se submetteu o paiz não foi de escrupulo moral. A dar credito ao

famoso opusculo do Snr. Theophilo Braga, venerando Presidente do Governo Provisorio, os novos entendiam que era chegada a sua vez de *comer (sic)* e os comestiveis podiam não chegar para todos.

Sem duvida este sentimento é absolutamente humano, embora menos agradavel de confessar, mas como é elle que melhor explica o afastamento imposto aos reprobos da antiga monarchia, estes muito naturalmente não acceitam de bòa mente que se pretenda filiar o facto em causas mais sublimes e austeras de moralidade politica.

Mas ao menos, dirão, já não ha a raça maldita dos aulicos! Do Rei não, por certo. Mas estão, como a cada momento se observa, substituidos pelos cortezãos da plebe, da realeza demagogica, de que já Aristoteles fallava, ha mais de 2.000 annos, tanto é certo que *nihil sub sole novum*, mesmo e sobretudo em materia de republicas.

Mas não foi só pela materia religiosa que se dividiu o paiz.

No arduo e delicado problèma, de tão transcendente alcance para a economia publica, do justo equilibrio das funcções *capital* e *trabalho*, logo a Republica se apressou em

lançar este contra aquelle, proclamando tendenciosamente o direito á *greve*.

Esse direito, ainda que não reconhecido pela lei, estava praticamente admittido.

Proclamal-o, pois, foi apenas um convite, uma provocação á *greve*, cujo exito se não fez esperar, e em condições de assustar os proprios governantes.

Lançado o operariado contra o patronato, resultaram, além de incidentes graves, que dia a dia se estão reproduzindo, outras consequencias economicas já sensiveis, mas que mais poderão ainda accentuar-se, n'um paiz em que a industria difficilmente floresce. E na propria agricultura os prejuizos teem já sido consideraveis.

Ahi, tem-se ido, por parte dos trabalhadores ruraes, até á agressão e expoliação dos proprietarios.

Mas que admira?

Não se disse tambem, a proposito da *lei do inquilinato*, do alto do Poder, que os proprietarios não eram proprietarios, mas apenas *detentores* do que ingenuamente julgavam ser a sua propriedade?

E aqui outro motivo de divisão social, aggravada com a desvalorisação da propriedade e com a crise fomentada nas industrias

da construcção, crise que o augmento do impôsto predial mais avoluma ainda.

E para quê tudo isto?

Para sustentar artificiosamente fugaz partido nas classes menos afortunadas e mais numerosas, contra outras, favorecendo-as á custa d'estas.

Mas este proteccionismo, de certa maneira justo, para não deixar de o ser tinha de praticar-se com ponderação, a fim de não excitar as más paixões e os retraimentos de effeito antes contraprocedente, e tendo presente fundamentalmente que *quanto menos ricos ha*, *mais pobres ha*.

E é fóra de duvida que os pobres effectivamente augmentaram, pois, além do que fica dito, as perseguições a instituições religiosas, ou connexas, praticando as varias formas da assistencia, desta total ou parcialmente privaram tantos infelizes, pois a acção do Estado, e com que este fortemente se sobrecarregou, não suppre a das iniciativas particulares, embaraçadas ou desgostadas na sua actividade beneficiente.

E, neste capitulo, que de espoliações se fizeram contra as quaes ha até já, segundo se diz, reclamações estrangeiras, que arbitragens internacionaes hão de julgar!

Mas, como tudo isto ainda não bastasse, vieram as perseguições politicas.

Certamente não é contestavel á Republica constituida o direito, aliás tantas vezes discutido á Monarchia, de se defender, embora pareça excessivo que n'isso se tenha já gasto, como annunciou um presidente de ministerio... mais de 2,000 contos!

Se algum dia d'isso apparecerem contas, devem ser curiosas.

Mas não será tambem excessivo e tumultuario e cruel muito do que se tem feito, prendendo pobre gente, na maioria por delações, que os tribunaes repellem como falsas ou indemonstradas, tantas vezes originadas em vinganças, deixando-a tempo infinito sem culpa formada ou sem julgamento e encarcerada em horriveis prisões, algumas eguaes ou peores que as do absolutismo de 1828, e em que talvez até não tenha faltado o proprio Telles Jordão?

Não é odiosamente selvatico o ataque, ainda não ha muito occorrido, a um carro cheio de presos indefesos, que recolhiam do Tribunal para o Limoeiro, e que nenhuma autoridade reprimio?

Conspiradores, diz-se.

Mas o que eram os republicanos antes de

5 d'outubro, sem que todavia tivessem assim sido tratados pela ominosa monarchia?

¿ E quem preside, embora passivamente, a isto ?

O Governo, é claro, impotente contra as ameaças a juizes, os assaltos a defensores, as aggressões a presos e a reus absolvidos e que no Parlamento se queda eloquentemente silencioso, quando a Carbonaria se declara intemeratamente subsistente para a defesa (á sua maneira) da Republica, quer o Governo queira, quer não.

E o resultado de tudo isto? O transbordamento da desordem e o pullulamento da violencia e do crime, que a imprensa assombrosamente regista dia a dia, o engrossamento da emigração dos assustados (alem dos fugidos á penuria social), o exodo dos capitáes, as conspirações internas e no estrangeiro, o desenvolvimento do fermento de uma contra-revolução, que será, por muito que se justifique, um novo mal sobreposto aos demais, numa palavra, a plena anarchia, que, como dizia Girardin, se está na rua é porque está no governo.

Mas, como se tudo isto continuasse a não bastar para desunir e desgostar — supremo

e inintelligente e inesthetico attentado! foram-se (contra o voto dos mais sublimados espiritos da Republica) á bandeira azul e branca, tão linda e cariciosa, tão casada na sua cerulea transparencia á brisa saudosa dos mares gloriosos, tão identificada, pelo vasto mundo fóra, com a alma de todas as gentes portuguesas, tão fundamente presa como que ao proprio coração da Patria, e substituiram-na, numa hedionda renegação, por uma retalhada insignia, violentamente verde e encarnada, que, sem proposito sedicioso, nem espirito de injuria, mas só de irreprimivel verdade, seja dito, pode ser e é o estandarte desta Republica Portuguesa, mas que ninguem no fundo do seu coração pode sentir como sendo a bandeira de Portugal.

Nas paragens longiquas, onde separados da patria portugueses mourejam, uns pela fortuna, mas tantos apenas pela subsistencia, que em suas terras não lograram garantir, que estremeção de saudade esse singelo pedaço d'estofo azul e branco, ao apparecer no horizonte, consoladoramente vibrava nas almas!...

Era toda a existencia, nas suas alegrias e dores, que n'elle condensada e subitamente

se revia entre lagrimas de commoção : a ternura maternal, a risonha infancia, a doce mocidade, as festas da aldeia, o seu campanario e as suas arvores, o timido e delicioso desabrochar do primeiro amôr, o dia do matrimonio no altar de Nossa Senhora, entre flores e o repique dos sinos, o nascimento do filho, a morte dos paes, e a tentação da sorte, quando não a miseria ou a propria catastrophe, battendo um dia á porta e determinando a aventurosa expatriação...

Tudo isto, a saudosa e fallante bandeira azul e branca num lampejo de enternecimento evocava.

Nada d'isso, aquillo que lhe substituiram pode dizer, porque ao coração não tem o dom de fallar.

A sua carregada e torva tinturaria berra á vista, mas não falla, não pode fallar, ás almas (*). E assim, entre a Patria e os que d'ella longe estão, desappareceu com a bandeira azul e branca aquillo que, atravez dos ares e dos mares, punha em communicação todas as almas portuguesas, na commoção

(*) Eduardo d'Abreu, cuja memoria saudosamente, evocamos, quiz ser sepultado não só religiosamente involto na bandeira azul e branca. Honra lhe seja.

d'esse infinito poder de saudade, que constitue o fundo amoroso da sentimentalidade lusitana.

Sem a bandeira azul e branca, como nos havemos de amar e querer, atravez mesmo de nossas discordias familiares?

Como nos hemos se quer de reconhecer como irmãos e filhos da mesma patria?

Não pode ser. A bandeira azul e branca ha de voltar honrosamente restaurada por todos, porque não é da Monarchia, nem da Republica, mas da Patria, de todos os Portugueses.

Tambem em França a restauração monarchica entendeu outróra substituir a gloriosa bandeira tricolor da epopêa napoleonica, e ficou isso como um dos seus grandes erros.

Mais tarde, a republica de 1848 egualmente a quiz substituir pela insurreccional insignia vermelha, mas a isto se oppoz Lamartine no admiravel rasgo oratorio, que ficou celebre.

Em Portugal, Guerra Junqueiro foi, contra uma minoria mais republicana do que portuguesa, menos feliz na defensa da bandeira azul e branca, mas, em Republica ou em Monarchia, deve ter-se fé de que — voltará, como symbolo de união nacional.

Como quer seja, politicamente a Republica dividiu o paiz, e d'essa divisão resulta a reacção, que todos os dias cresce, que visivelmente se está por varias formas armando para derrubar o existente, e que tem por effeito a inquietação geral, a paralysação da vida nacional e o avolumamento de todos os perigos, que nos involvem de mil maneiras.

E numa tal situação, como procede a Republica?

Ao menos, dentro de si mesma, dentro dos *historicos* e *adheridos* que teem licença para privilegiadamente a constituir, procede ella melhor e mais exemplarmente do que era uzo entre os monarchicos?

Administra melhor, mais sapiente e proficuamente?

E', ao menos, mais liberal?

Não parece, mas vejamos.

Como patenteado ficou, a Republica desuniu o paiz, que com ella manifestamente queria e precisava viver unido.

Mas está, ao menos, ella unida em si mesmo?

Não. Ha já, além de numerósos independentes, aggrupados, tres formáes partidos ou facções: *unionista*, que se não vê bem que una qualquer cousa; *evolucionista*, que evo-

luciona no vago; e *democratico*, que é aquelle que se dotou com o chefe mais imperioso.

Mas isto não é nada. A mais edificativa de todas as uniões é a dos homens, a dos politicos republicanos entre si.

É vel-os no Parlamento (e tambem na imprensa), n'esse parlamento que, sem favor, deixa a perder de vista o espectaculo tantas vezes lastimavel das Côrtes monarchicas.

Em primeiro logar, os chamados eleitos do Povo são-no muito menos do que no tempo da Monarchia, porque são discricionariamente os que, com ou sem simulação eleitoral, o Directorio quiz que fossem. Nem *caciques* ha.

Como isto não bastasse para edificação das gentes, apezar de remunerados faltam mais, muito mais, do que faltavam os proprios monarchicos, tão accusados de explorarem a nação, e que nada recebiam.

Mas, quando succede estarem em numero e a sagrada causa da Patria, segundo cada um a entende, periga, é que é vel-os.

Sem prejuizo dos meritos pessoáes que em tantos avultam, mas que a paixão sobrepuja, não são deputados, não são senadores, são feras, verdadeiras e bravissimas feras, voci-

ferantes e armadas, que, a folhas tantas, attingem um tal paroxysmo de inverosimil violencia que põem o seu presidente a chorar de desolação. E, sem fallar em especies de *combates de gallos* na Salla dos Passos Perdidos, substituidas as aves por representantes da nação, com *ring* de partidarios em volta, e fazendo talvez apostas, e ainda em torneios de lucta nas proprias Sallas das Sessões, ao extremo se chegou já de se ver o genuino symbolo da cordealidade republicana marchar, iracundo e facundo, sobre uma das proprias columnas do systema, a columna magna do republicanismo unionista, como que para em si mesmo a desunir.

Não ha duvida que este parlamentarismo anarchico e esteril (n'elle mesmo a confissão tem sido feita) vinha preparado da Monarchia, mas não é todavia comparavel o que hoje se observa com o que então se via, e sob este aspecto, como alias sob outros, *não valia a pena*, como na conhecida opereta se dizia, *mudar o governo da nação.*

Como egualmente, no tocante á ferocidade, isto é, cordealidade, do trato *inter amicos*, tambem, como já se dizia noutra opereta tambem famosa: *nunca se viu isto cá.*

Como tambem se não vira as phantasticas crises ministeriaes, entre graves e recreativas, que assignalam as mudanças do scenario desgovernativo da nossa republica.

Mas menos se tinha ainda visto — os grandes chefes, queixando-se publicamente de que os seus adversarios tramassem o seu assassinato...

Na verdade, isto lembra tetricamente as vesperas de Thermidoro!

E ao passo que republicanos se dotam com todas estas liberdades de linguagem e de modos, o que fizeram da Liberdade, da liberdade de todos ?

E' ver as aggressões impunes aos jornaes e pessoas que não agradam, o desenvolvimento do regimen de espionagem e de delação, as leis d'excepção promulgadas, ou projectadas, attingindo um dos projectos o cumulo da confiscação de bens, a coacção geral em que se vive, quando se não goza da confiança da carbonaria, ou àntes das carbonarias, pois tambem ella se desuniu, e ao que se diz cada chefe tem a sua, como realenga guarda do corpo.

Pode isto, a quem por si não conheça o que vai *à vol d'oiseau* exposto, parecer

uma especie de *parte carregada*. Alem de que muito mais a carregam elles uns aos outros, os proprios republicanos, e entre estes, aquelles mesmo que aqui se possam vêr alludidos ou incluidos, se são capazes (e muitos o serão) de pôr nesta leitura a mesma sinceridade em que estas considerações se inspiram, bem sentirão, que salvo qualquer, inintencionalmente menos exacta referencia, apreciação, ou excesso de generalisação, no seu sentido geral tudo isso é incontraditavelmente assim, e antes com attenuação.

Pois, repete-se, não se quer aqui fazer obra de pamphletario, ainda que, deve tambem reconhecer-se, o thema seria excellente para o effeito.

A obra negativa da Republica e dos seus *idolos*, como aos grandes homens que nella superintendem chama o *Dia* em algum dos seus excellentes artigos, ahi está portanto photographada (*).

(*) A *Contemporary Review*, revista de indole *radical*, consagrou recentemente á nossa Republica um artigo do Snr. Aubrey Bell, de que a *Revue Hebdomadaire* (n.° 17) dá um longo resumo.

D'este extrahimos as passagens topicas para se poder ajuizar do que no estrangeiro imparcialmente se

Mas a seu favor ha alguma cousa allegavel?

O quê?

---

pensa da Republica em Portugal e da experiencia d'ella feita.

— « E' a loucura das nações fundar sobre a queda dos principes vastas esperanças, como o observou o doce philosopho Jeronymo Coignard. »

— « Era, pois, bastante difficil sustentar que o poder real o « governo pessoal » fosse a grande causa das desventuras do paiz. »

— « A monarchia foi derrubada por um bando infimo de revolucionarios sustentado por algumas duzias de soldados amotinados. »

— « Os males de que soffria Portugal antes da revolução de 1910, muito longe de estarem curados pela republica, progrediram ao contrario a passos de gigante durante os ultimos dezoitos mezes. »

— « As eleições foram fabricadas pelos ministros e pelos funccionarios com um tranquillo cynismo a que os seus proprios antecessores nunca tinham attingido: as bulhas dos partidos, as competições das facções concurrentes redobraran de baixesa e de encarniçamento; a caça dos logares, dos favores, ás finanças nacionaes tornou-se ainda mais acerba, o favoritismo mais descarado. Tinha-se promettido a reforma radical da administração : já disso se não cuida hoje. A trapaça e a dissipação florescem mais do que nunca. »

— « As finanças que não estavam certamente bri lhantes quando os republicanos tomaram conta do poder, acham-se num estado cada vez mas lamentavel. »

— « A cifra das despezas orçamentaes, em vez de baixar como se havia promettido, subio sensivelmente. A divida fluctuante está em grande augmento; o Estado deve ao Banco de Portugal, em 1912, mais cinco mil contos do que lhe devia em 1911. Os portugueses e estrangeiros emigram em massa desde a revolução. »

Pelo Ministerio do Interior, organisou-se uma assistencia publica, sem duvida mais onerosa, mas que não poderá substituir todas as instituições privadas, condemnadas pela dictadura republicana.

Reorganisou-se a instrucção publica com tres Universidades e varias Faculdades, mas é organisação que não poderá resistir, nem ao seu collossal dispendio, nem á trapalhada enorme e inexequivel que a caracterisa, e que vai inutilisar umas poucas de gerações e crear um fatal proletariado scientifico. E' um verdadeiro desastre nacional.

Mas na administração geral do Paiz?

Viu-se o que foram as eleições politicas. Eleições de corporações administrativas, essas nem se atreveram a fazel-as e visivelmente ainda hoje as não querem, pois bem sentem que a consulta dos municipios não pode ser favoravel á Republica.

Direitos populares, regalias municipalistas, santas historias!

A dictadura continua, á espera que se acabe de discutir o Codigo Administrativo...

Pelo Ministerio da Justiça com varias perseguições a juizes, tendenciosas modificações de processo e as já citadas leis da

separação, de inquilinato e das grèves, veiu o limite de edade (que, custando annualmente 70 contos, bem podia esperar) e a perseguição aos bispos, tão injusta, quanto aliás impolitica para a Republica pelo prestigio que lhes augmentou. E vieram tambem as *leis da familia*, que mais apropriadamente se poderiam chamar da *desfamilia*.

Pelo Ministerio das Finanças veiu : uma diminuição do impôsto de consumo, que diminuio o rendimento do Estado sem baratear os generos; a fiscalisação das sociedades anonymas, já naufragada; orçamentos atrazados e dando logar ainda a maiores reparos dos que os da tão celebrada *orçamentologia* monarchica; augmentos de vencimento ao seu pessoal, justo em si, mas injusto por se não ter identicamente praticado em relação á generalidade dos empregados publicos, bem mal remunerados.

Pelo Ministerio dos Estrangeiros, ha o caso Batalha Reis, em que o Governo *desinterressando-se*, que é a formula adoptada para fugir a todas as responsabilidades e derrotas, abandonou os seus funccionarios, como nunca se vira na monarchia, e varias negociações diplomaticas de indemnisações, de que, por emquanto, se não sabe senão o

que um dia um titular da pasta disse no Senado, pedindo que não demorassem uma decisão — porque determinado ministro estrangeiro estava com pressa.

Pela Guerra, houve uma reorganisação militar, tendente a uma especie de milicianismo, mas inexequivel, e uma compra de armamento e munições, que exactamente como succedia no tempo da Monarchia, e cremos crer que com a mesma falta de fundamento, não escapou a murmurios.

Exercito, parece que não ficou havendo, apezar do serviço militar dito obrigatorio.

Pela Marinha, nada consta d'importante senão o estado de especial fragilidade da sua disciplina.

Pelo Ultramar, nomeações pondo á frente de algumas das nossas mais importantes colonias cavalheiros absolutamente desconhecedores, e o caso da arbitragem de Ambaca, pelo deputado Snr. Egas Moniz avaliado num prejuiso de mais de 5.000 contos para o Estado, e que deu logar a este phantastico facto, sem precedentes na propria *ominosa* : a arbitragem repudiada pelo Governo, o ministro que directamente a fez, demittido, mas com um attestado de zelo, intelligencia, etc.!

Pelo Fomento, é certo, fez-se em geral prova de mais acerto: nomeações de pessoas idoneas, sem exclusivismos sectarios, a regulamentação do direito de grève, embora cahido em desuso, a autonomía dos Correios e Telegraphos, a decretação (já projectada pela Monarchia) do Credito Agricola e uma organisação do ensino technico, que poderá vir a ser alguma cousa.

Mas o caso Hinton parece que foi resolvido muito mais vantajosamente para este e onerosamente para o Estado, do que o propunha a Monarchia.

E eis tudo o que a Republica politica e administrativamente deu.

E com que effeito na economia publica e no bem estar geral?

Augmentou a riqueza publica?

Não se vê bem como. Só na baixa da cotação das inscripções a fortuna publica soffre uma quebra de 10,600 contos; a divida fluctuante augmentou de 5 a 6 mil contos; as despesas augmentaram e certas receitas baixaram, e as cobranças difficultaram-se.

E o deficit! Estará, como alguns calculam, em cerca de 14.000 contos?

E com tudo isto o bem estar publico augmentou?

E' possivel. Mas o que se sabe é que os impostos cresceram, a vida encareceu, a industria está combalida, a agricultura entra em crise, a emigração toma enormes proporções, o commercio definha, e a incerteza e a desconfiança são geraes.

Evidentemente, a experiencia da Republica não prova favoravelmente, pois é manifesto que houve, a despeito de todas as boas intenções, e de reconhecidos meritos pessoaes, mais competencia effectiva para o mal ou para o nada (*), do que para o bem, e de todo o bem promettido o paiz se vè na realidade mais do que frustrado.

E não são só as classes conservadoras que assim pensam : os proletarios que não vêem crescer o trabalho, mas sim o preço da vida. sem embargo de alguma melhoria de salario auferida, consideram com razão que a economia geral do seu viver não melhorou e antes peiorou. E não menos claramente vè já tam-

(*) No Congresso de Braga o Snr. Affonso Costa affirmou que do Governo Provisorio só se aproveitava a obra dos *democraticos*. Na *Lucta* retorquio-lhe o Snr. Brito Camacho, que só a sua obra é que era bôa. Total resultante da dupla affirmação — *zero*.

bem que os homens da Republica, nem são mais competentes, nem mais liberaes, nem mais moraes, nem mais amigos do povo, do que os da Monarchia, sendo até, muites vezes, inferiores. E perante o espectaculo de dissolvencia geral do paiz está já conclusivamente em reconhecer que isto vae em mau caminho para todos, e para elle proprio em especial.

Satisfeito, contente, quem?

Ninguem, a não ser talvez aquelles, a quem descontentes republicanos cordeal e zoologicamente chamam — os *tubarões*.

Todavia, o pequeno commercio da capital, tão grandemente experimentado pela crise, que a Republica com a satisfação dos seus ideáes lhe trouxe para os seus negocios, sacrifica-se, não dá o braço a torcer, e ainda espera.

Esse espirito de firmeza e de abnegação honra-o, sem duvida, e merece homenagem.

Mas, por Deus, não se encaprichem desarazoadamente os bons e honrados logistas de Lisbôa. A Republica já não pode ser o que d'ella sonharam, e, a um tempo, máos negocios e má republica, em verdade, por muito que se esforce a dedicação, não dá a conta para ninguem. E' muita cousa má

junta, e os *idolos* deram o que tinham a dar.

Seria, porém, prova de insinceridade dissimular-se as difficuldades da iniciação de um novo regimen e pretender-se que tudo, ou muita cousa, se poderia ter feito.

Não, não se pretende desconhecel-o, nem se contesta, pois só se deseja apreciar os factos com a mais completa justiça.

Não é o *pouco* que a Republica fez que sobretudo commove, nem mesmo o *mal* que fez. E' a incapacidade que ella, pela desunião e desorientação, que lhe preside, parece demonstrar de poder fazer mais e melhor, e de poder corrigir os erros praticados e suas desastradas consequencias.

Os republicanos, *unidos*, desuniram o paiz, que unido se prestava a estar em volta de uma republica digna de tal nome.

Desunido o paiz, e perante a desordem geral de tudo d'ahi resultante, redobram os republicanos de união para lhe obtemperar?

Não, desunem-se por sua vez, e cada vez mais.

Tudo desunido, portanto : os governados dos governantes, e governados e governantes entre si.

No meio desta desunião geral, que é a

essencia de uma total anarchia, o paiz esphacela-se, a nação desmorona-se, e os mais tenebrosos destinos surgem no horizonte.

Pode isto continuar?

Não é crivel que haja uma voz unica para dizer que sim, e affirmar que isto vae bem, a não ser a da demagogia, que nada tem a perder e que, precisamente nas aguas revoltas e turvas, é que pode medrar e cevar os seus dissolventes instinctos e paixões.

Mas se, em verdade, isto não pode continuar, se a experiencia destes 18 mezes de republica demonstra que se seguiu errado caminho e que é necessario, num esforço supremo de verdadeiro e não simplesmente rhetorico patriotismo, congregar para a salvação publica todos os concursos de competencia, de energia e de dedicação, sem distincção de etiqueta previa, empenhem-se nisso immediatamente todos aquelles, que, primeiro que republicanos ou monarchicos, são portuguesas e não podem ser indifferentes á vergonhosa morte da sua patria, deshonrada por miseras intrigas de desvairada politica e naturalmente escarnecida pelo despreso alheio.

Não, a experiencia está feita. Esta republica de desunião nacional e de desunião de

si mesma é um desastre publico, amanhã porventura irremediavel, e muitos dos mais auctorisados republicanos o reconhecem já.

Não estamos aqui em condições de repetir Brumario, o Brumario que salvou a França e a propria Revolução Franceza, porque, alem do mais, não temos, nem um Sieyés, nem um Bonaparte, e um simples Pavia seria uma outra forma de perigo nacional.

O paiz está organicamente combalido e menos proprio para atravessar maiores convulsões, mas é necessario procurar e achar a solução salvadora porque esta republica, que alguns republicanos que mais a fizeram chamam já despresativamente « isso », não honra o paiz, nem se honra a si propria, e a subsistir annuncia a catastrophe decisiva, final, da nossa nacionalidade.

E Portugal não deve morrer.

Defendamol-o e defendamo-nos á nós proprios, em tudo quanto nos é valioso ou querido e se prende aos destinos da terra em que nos creámos e em que nasceram nossos filhos, para quem os horizontes tão de negro se carregam neste momento.

Defendamos Portugal e defendamo-nos a nós mesmos. E' nossa honra, nosso interesse, e nosso dever fazel-o.

Para a sua salvação, procuremos, pois, a solução propria.

Na crise que o paiz atravessa ha *morrer* ou *viver*.

A maneira de não morrer é viver, e para viver ha de ser em *republica* ou em *monarchia*.

Em tão grave crise, porém, e que não é *institucional*, mas *nacional*, não é licito dizer-se que se prefere a republica ou a monarchia, tão sómente porque, de sentimento, se é republicano ou monarchico.

Não, a questão, posta diante de cidadãos independentes, tem de se julgar acima de sympathias e preferencias pessoaes ou de partido, pelo interesse moral e material da nação.

Todos os vinculos historicos e moraes, que nos podem prender, a nós monarchicos, á Monarchia, os deveriamos immolar no altar da Patria e do Bem Publico, se se demonstrasse que esta Republica é que é o bem e a honra da Nação, e é, portanto, dentro de um tal criterio d'isenção civica, que cumpre apreciar o dilemma, perante o qual se encontra a solução da crise portuguesa — Republica ou Monarchia?

III

Republica ou Monarchia?

Esta republica que está — « isso », na propria linguagem de republicanos de cathegoria e que, repete-se, mais a fizeram, não póde continuar. Não tem condições e constitue um manifesto perigo nacional, pois não é uma republica, mas o verdadeiro e genuino reino da anarchia.

Não podendo continuar tem de se transformar ou substituir.

Transformar em què, substituir por quê?

Em outra republica ou por uma monarchia, está claro.

Como, em que condições, com que efficacia?

Nestas palavras, nestas interrogações, se resume toda a situação politica e todo o problema nacional. Nacional, porque é positivamente a causa da nação que está em jogo.

Não se trata, não se pode tratar, de um problema abstracto de comparação de principios : o principio republicano é, em si, tão respeitavel como o monarchico, e não ha razão para se declarar com elle qualquer especie de incompatibilidade.

Guizot, ministro de Luis Fellipe, e o auctoritario que se sabe, não duvidou escrever : « Presto homenagem á Republica, que é uma forma de governo que assenta sobre nobres principios, que eleva na alma nobres sentimentos, pensamentos generósos. »

D'accordo, mas não é este o caso : o nosso problema é de caracter concreto e especial, não se trata da republica em geral, mas de uma Republica Portuguesa. Em especial da que está.

A uma *má monarchia*, deve, sem duvida, preferir-se uma *bôa republica*, e a uma *má republica* uma *bôa monarchia*.

Mas não é ainda este o caso proposto, pois se pode pretender que uma monarchia que volte será tambem má, como a republica que está.

Nada se pode garantir, mas, ainda assim, em tal hypothese indubitavelmente é preferivel uma *má monarchia*, com o mal aristocraticamente centralisado e circumscripto, a

uma *má republica*, com o mal democraticamente infiltrado e disseminado.

Isto, quanto a principios philosophicos, e mesmo practicos.

Quanto ao caso concreto que está involvendo os destinos do paiz, é evidente que se a situação se não equilibra e consolida em si mesma, a grandiosa e decantada Revolução de 5 de outubro, a admiravel Republica que, segundo alguns retardatarios em a verem tal qual é, o mundo inteiro nos inveja, terá os seus dias contados.

Mais por aqui, mais por acolá, adeus gloriosas colonias, adeus grandeza politica da velha Monarchia Portuguesa! E reduzido o imperio lusitano a este pequeno *canapé na Europa,* com lhe chamava D. João VI, de espirituosa memoria, quem fará caso de nós, do nosso céu azul, da suavidade do nosso clima, do nosso Tejo, da nossa decantada brandura de costumes, da nossa epica historia e da nossa triste actualidade?

A Hespanha talvez, a *nacion hermana.* Mas o seu abraço, por fraterno que seja, por muito grandiosamente que possa rasgar os horizontes de uma renovada unidade das Hespanhas, para o coração português será sempre o *finis Portugaliæ.*

Queremos isto?

Não, mil vezes não. Já o disse 1640 e já depois o repetiu D. Lourenço de Lima em Bayonna ao grande Napoleão.

Não, não o queremos, nem monarchicos, nem republicanos.

Mas, se o não querêmos, pratiquêmos então de conformidade.

E praticar de conformidade é tomarmos juizo e unirmo-nos na adopção dos meios salvadores, republicanos ou monarchicos que sejam, mas que se não representem no regimen de divisão nacional, de esterilidade e de anarchia, em que estamos caminhando a passos largos para a deshonra e para a morte.

Pode a solução encontrar-se no regimen republicano, extrahindo-se da republica presente outra republica, sem *idolos*, que seja uma *republica nacional* e não a republica de um simples partido, ou, peior, de umas poucas de facções em briga umas com as outras e em que a nação se não integra; que seja uma republica de justiça, de liberdade e de ordem; que seja uma republica respeitadora das crenças nacionaes, zeladora da paz e dos interesses de todos, e garante, pela

consideração que externamente mereça e imponha, da manutenção da nossa plena integridade patria?

Se o pode, que o diga e que o faça e por actos convença o paiz que é nesse caminho que os destinos portugueses teem de ser orientados e podem ser assegurados, pois perante taes propositos e demonstrações, no proprio campo monarchico os que põem o sentimento e o dever patriotico acima de uma sentimental devoção monarchica, e serão o maior numero, nem um só instante cuidarão em lhe crear embaraços.

Mas se não sabe ou não pode, como é já a convicção de muitos republicanos de são criterio, então, por Deus, não entretenham por mais tempo o equivoco; não deixem, por teimosia, por humano amôr-proprio, que o mal se aggrave, com prejuizo do paiz e acrescimo de responsabilidade da propria Republica, até a um irremediavel apodrecimento; concordem que a restauração do regimen historico da nação se impõe; e tenham a hombridade de pôr franca e lealmente a Patria acima da Republica, o bem da Nação acima do seu sectarismo ou do seu mesquinho interesse.

Receiam que lhes fique mal?

Evidentemente a sua isenção não poderá ter o applauso da demagogia.

Mas não põem os honrados republicanos a sua consciencia civica acima do anonymo tumultuar da vozearia anarchista?

Não deve, como escreveu o historico republicano Pelletan, *o espirito de patriotismo impôr silencio ao espirito de partido?*

Para que lhes serve então essa superioridade intellectual, de que se ufanam diante do universo, e essa coragem e integridade de homens de bronze com que se condecoram?

Bem republicanos eram os homens de 89 e os de Convenção, e em especial entre estes os que votaram a morte do bondoso, honrado e na morte santamente heroico Luis XVI, e todavia, quantos, vendo a inanidade e a corrupção do Directorio e a anarchia em que a França se dissolvia, entre elles o proprio Sieyés de volta de sua embaixada de Berlim, estavam já pensando no possivel regresso á monarchia, que, sem o subito retorno de Bonaparte, do Egypto, se teria quasi certamente dado...

E quantos, depois, honradissimamente, como Lazaro Carnot, o *organisador da victoria,* embora intimamente discordantes, para servirem o paiz, como elle o queria e á sua

grandesa e gloria importava, serviram o Imperio, que dentro do principio monarchico essencialmente se continha ?

E no outro polo, não se vio, depois de 1848, Thiers, antigo ministro de Luiz Fellipe, e que mais tarde havia de ser o primeiro presidente da actual Republica Franceza, inclinar-se á republica com o fundamento de que era — o governo que menos dividia a França?

Mas toda a primordial questão está precisamente em saber se se pode, ou não, transformar a actual Republica, tão manifestamente inviavel, noutra que corresponda ás necessidades materiaes e moraes do paiz, que o una, e que lhe dê honra, paz e prosperidade.

Não queremos affrontar ninguem e antes prestamos homenagem a todas as convicções sinceras e lealmente praticadas, por mais divergentes que das nossas possam ser. Mas, fieis ao supremo dever da absoluta e franca sinceridade, que formalmente se impõe em circumstancias tão graves como aquellas que o paiz atravessa, não podemos deixar de abertamente affirmar, sem espirito de hostilidade, mas com inteira firmeza de consciencia, a

mais intima e desapaixonada convicção de que a causa da Republica se acha por completo perdida e condemnada em Portugal.

A Republica, fóra de toda a byzantina discussão de principios abstractos, tinha nesta Terra de Portugal, *a priori*, contra si quatro circumstancias rigorosamente desfavoraveis: o paiz não é republicano; está insufficientemente educado para se governar republicanamente; não tem fóra da tradição historica sufficiente grandeza, nem força para resistir á má vontade inevitavel de uma Europa monarchica; e finalmente dispõe de um dominio colonial consideravel, objecto de varias cubiças, que numa mudança de regimen mais facil ensejo encontram para se effectivarem.

Apreciemos estas quatro razões contrarias á republica, e a que, depois, outras de ordem já experimental, como vimos, se accrescentam.

O paiz não é republicano. Havia, e ha, massas citadinas republicanisadas, mas não são ellas — o Paiz. Este estava descontente, porque além de ser isso da sua indole, tinha inegavelmente razões de insatisfação. Mas se estava então descontente, satisfeita uma

certa curiosidade, está hoje muito mais desabusado, e no intimo ha hoje muito menos republicanos do que em 4 d'outubro : em primeiro logar, porque não tem o paiz motivos para estar mais contente, antes pelo contrario, e em segundo logar porque, mal por mal, ainda prefere o mal que não contende com as suas tradições, os seus usos e costumes, do que os solavancos de inovações, que destroem, mas não criam.

E' supermanifesto á consciencia de todos que a Republica se não integrou no paiz, nem o paiz nella, nem vai em caminho d'isso.

De resto, um plebiscito verdadeiro, sem pressões officiaes, nem alçapões, certamente o confirmaria numericamente e por grande maioria.

Por outra parte, uma republica quando não é uma mystificação, é essencialmente um governo do povo. Com um povo educado na comprehensão dos seus direitos, deveres e interesses, bem está, e assim a Inglaterra ou a Allemanha se regulariam tão bem em republica, como em monarchia.

Mas não é esse o caso do pequeno Portugal com os seus 80 °/₀ de analphabetos, e constituido um povo sem a comprehensão sequer

dos seus interresses, docil até á apathia, com subitos fogachos d'inconsciente, incoherente e ridicula, quando não tragica, excitação, mas, de facto, indisciplinado quanto possivel pelos exemplos e acção dos dirigentes.

Evidentemente, e nem discussão póde isto soffrer, não é esta a materia prima para uma republica, digna de tal nome, e que só por *étapes* pode ser utilmente attingida.

E, no ponto de vista internacional, de que requisitos dispômos para, no meio da Europa monarchica, nos erigirmos, com ar de superior lição de dignidade civica ás grandes potencias, em republica?

Temos, sem duvida, o direito de o fazer, sem que ninguem tenha o opposto direito de nos dizer : não.

Mas as cousas são o que são, e já ha 30 annos ouviamos, precisamente ao actual Presidente da Republica Portuguesa, que a republica em Portugal era uma questão de condicionamento internacional.

Se fossemos uma poderosa nação, como a França (e mesmo a França republicana não teve nunca a auctoridade politica que attingiu sobretudo no ultimo regimen imperial), bem estava. Mas, territorialmente pequenos, minguados de força financeira e economica-

mente dependentes, e demais com esse enorme, vulneravel e cubiçado dominio colonial, perante o essencial desagrado das monarchias, a despeito de todas as suas bôas palavras de cortezia, a nossa situação é manifestamente precaria.

Essas monarchias, que constituem a quasi totalidade da Europa, e em especial a nossa visinha, por muito que tivessem admirado, ou declarado admirar, a presteza magica da inverosimil transformação de 5 d'outubro e reconhecessem as nossas novas instituições, fazendo nos discursos protocolares os mais ardentes votos pela sua prosperidade, é manifesto que no seu intimo, salvo pensamento reservado de machiavelico caracter e ainda mais de temer, só podem formular votos precisamente contrarios, pois os governos monarchicos, por um obvio sentimento de natural defeza, não podem por forma alguma ver com bons olhos a proximidade de triumphantes fermentos revolucionarios.

A França republicana faz excepção, dir-se-ha.

Porque ? Porque é republicana ?

Não é razão

Quando a Noruega se separou da Suecia, hesitou um momento se deveria constituir-se

em monarchia ou em republica e foi precisamente Roosevelt, presidente então da grande Republica Norte Americana, que muito familiarmente lhe disse : « arrangem um rei. »

Analoga resposta já antes déra Rousseau, o Rousseau do *Contracto social,* á Suecia.

Quanto á França, afóra as intelligencias do internacionalismo maçonico, no dominio official tem ella sempre procedido segundo a formula de Gambetta, que professava que a Republica não era um artigo de exportação, e, por outra parte, está longe de estar provado que, pelos seus possiveis e remotos reflexos na politica internacional, a Republica Portuguesa tenha representado e represente uma conveniencia para a França, onde aliás, seja dito de passagem, a instituição republicana está talvez muito menos consolidada do que em geral se suppõe.

Uma Republica Iberica, unitaria, ou federal como a pensaram bastante politica e grandiosamente Horacio Ferrari e Magalhães Lima, teria força para de certa maneira se impôr á má vontade europêa. A pequena e isolada Republica Portuguesa, não é agradavel dizel-o, mas a verdade é que não tem essa força. Só pode ser um attractivo de raios e tormentas, difficeis de conjurar.

E, depois, o nosso patrimonio colonial?

Com a Revolução, aliás nobilissima, de 1820, logo antecipadamente perdèmos, alias mercê do concurso da nossa fiel alliada, o Brazil.

Em que risco ficam as restantes colonias com a Revolução de 1910 e a presente Republica, a despeito das parlamentares e vãs palavras de Sir Edward Grey, tão innocentemente glosadas no seio do nosso confiado Congresso?

A Inglaterra tem de defender as nossas colonias.....

Que irrisão! Até já os republicanos esqueceram o *ultimatum* de 1890.

Mas nada se fez ainda contra ellas, dir-se-ha.

E' possivel, embora não certo. Mas não tenhamos pressa. O bôlo é grande demais para um só participante, a partilha tem difficuldades e é espinhoso o accordo... até ao momento de ter de se fazer.

De resto, segundo resulta dos mais bem informados periodicos, um dos casos a tratar pelo novo embaixador allemão em Londres, o Barão Marchall, é precisamente o preparo de uma partilha de *zonas economicas*, delimitada..... nos nossos territorios.

« Não sei se vèem bem », diria o conceituoso Snr. José Dias Ferreira se fosse ainda vivo.

Assim se este estado de cousas se mantem, e sobretudo se se aggrava, mais dia, menos dias, da totalidade ou de parte das nossas colonias nos teremos, mais ou menos politica ou economicamente, de despedir, pois o annuncio, além do que acima fica dito, já por varias formas tem sido proclamado, e até na nossa estimavel collega, a Republica Franceza.

Não haja, pois, duvida : á priori a proclamação da Republica em Portugal devia ser considerada um grave e perigosissimo erro, possivel e muito provavelmente das mais funestas consequencias.

Mas tão maravilhosamente surgiu, que chegou a parecer que talvez assim não fosse e constituisse até a redempção nacional, numa *vida nova* com que ha tanto tempo se andava sonhando.

Fugaz engano, porem, foi esse, pois a experiencia, se ainda, felizmente, não concluiu, mostra já o bastante para nos certificarmos que não pode, na verdade, continuar similhante republica.

Não pode continuar, mas não é só isso.

Não pode continuar, mas tampouco se pode transformar em uma melhor e mais appropriavel republica, pois pelo que acaba de ser exposto e pelo que se viu já no anterior capitulo, não ha materia prima para isso, nem nas condições do paiz, nem nas da Europa, nem nos dirigentes da Republica, pelo menos para dirigirem republicanamente.

Deram os melhores o que souberam e poderam nas mais propicias condições, e o que os melhores souberam e poderam dar é, num computo de signal negativo, o desastre que está patente, e que a todos irreprimivelmente faz dizer e repetir — que isto não pode continuar.

Implacavel e irreductivelmente desunidos, como estão os marechaes (como se dizia no tempo da Monarchia), dividido o paiz, amesquinhado o principio de auctoridade, indisciplinado o exercito, subvertida a ordem, cóacta a justiça, empobrecida a economia publica, aggravada a situação financeira do Estado, desconjunctada a administração, perdido o prestigio internacional, numa palavra, tudo anarchisado, tudo em crise e no caminho do naufragio nacional, que podem os homens

eminentes da Republica, com todo o seu inegavel talento e toda a sua bôa vontade individual, no sentido de corrigirem tantos erros e de conjurarem tantos perigos pela fundação de uma melhor republica, de uma republica verdadeiramente nacional ?

Ninguem, pensante, nem mesmo os propios republicanos, podem ter a esse respeito a menor illusão : não podem nada. Não podem nada, senão aggravar o mal já feito e enterrar definitivamente o paiz.

E' uma opinião esta, que poderá porventura considerar-se demasiadamente radical.

Radical ou não em excesso, é absolutamente sincera, e com a maior franqueza e lealdade, e fóra de todo o intuito agressivo se exprime para que todos lhe possam aferir a bem da causa nacional, o gráo de exactidão.

Não apparece ella tão abertamente formulada, é certo, pelo lado republicano, nem admira, mas além de confidenciada entre amigos, ouve-se nas conversas, e até se lê nos jornaes, nas entrelinhas ou em phrases que escapam, traduzindo o desalento e a consciencia do irremediavel fracasso, da irreductivel fallencia.

Só o povo está ainda meio illudido pela

persistencia das declamações defensivas da Republica.

Tentam-se, não para levantar a situação geral, mas para galvanisar uma ou outra facção — balões de oxygenio. Mas os balões de oxygenio outra cousa não são de que uma especie sabia e laíca da Extrema Uncção, annunciando a approximação fatal do tremendo fim.

No meio do já manifesto descorçoamento republicano, os mais sectarios ou os mais beneficiados dizem todavia : succumba embora a Republica, mas Monarchia, nunca mais : tudo, menos isso.

Mas então, o paiz onde fica ?

Na verdade, extranho patriotismo é esse !

Outros dolorosamente reconhecem o regresso á Monarchia como solução unica, mas, para manutenção de tal ou qual coherencia, dizem : a monarchia sim, mas não a que estava.

Mas então?

Em grande parte estas duas formas de linguagem traduzem o receio das represalias ou da perda de situações pessoáes, ou ainda, para certos adheridos, a difficuldade de com-

porem numa nova cara de monarchicos sufficientemente acceitavel.

Mas de ambas o que fundamentalmente se deduz, e é o que importa registar, é que a Republica que está, « isso », falliu e não ha que pensar em mais republica.

Não ha que pensar em mais republica, porque, em verdade, a unica equilibravel seria a que Portugal constituisse federativamente com a Hespanha, na ordem d'ideias dos *ibericos*, que em 1848 nas ruas de Paris passearam a bandeira da Iberia, e mais profundamente estudadas depois por Horacio Ferrari e pelo Sr. Magalhães Lima.

Evidentemente, porem, não está no mero dominio de simples desejos dar-lhes realidade, e não parece que, a despeito de trabalhos e propagandas que se podem suspeitar, a Hespanha esteja em disposições de se deixar ir por esse caminho.

Mas essa mesma federação, por grande que seja o pensamento politico que nella se consubstancia, não seria para nós, em maior ou menor gráo ainda, o *finis Portugaliae*, a regressão da nação livre, autonoma, e independente que a Monarchia fizera, ao estado de uma especie democratica do antigo condado que se incorporava outróra nas Hes-

panhas, por visivelmente não podermos attingir na constituição federativa essa *hegemonia iberica* com que patrioticamente sonhára Ferrari na sua interessante brochura?

Deixemos, porem, sonhos e visões de alta especulação politica e fiquêmos na realidade tangivel do nosso problema domestico : a Republica não pode subsistir e se se não vae para a Monarchia, vai-se, dentro de uma total banca-ròta nacional, para, qualquer que seja sua fórma, alguma cousa infima e humilhante.

Como antigos monarchicos, ninguem estranhará que nesta contingencia digamos que a nossa opção é inteiramente pelo regresso á Monarchia. A verdade, porém, é que, dado tão grave dilemma, se fossemos republicanos egualmente optariamos pela monarchia, porque em taes condições — Monarchia ou Republica não é uma questão de gosto ou de preferencia sentimental, mas um simples caso de logica, de possibilismo, de morte ou salvação publica, de patriotismo.

Comprehendemos excellentemente que os republicanos não vão por gosto para a Monarchia e não tenham disposições adesivas tão enthusiasticas, quanto alguns monar-

chicos, por simples amor da arte, as manifestaram para a Republica, e sobretudo para as conveniencias a extrair de ella, e comprehendemol-o tanto mais que nós, que somos monarchicos e que não vêmos outra solução senão a monarchica, não podemos honestamente, tão difficeis são as circumstancias, affirmar que a Monarchia dará conta do recado.

Não, como queremos fazer acima de tudo obra de integra sinceridade, a singela affirmação que convictamente podemos fazer é que a Republica de 5 de Outubro não pode continuar e que a Monarchia é a unica solução racional e nacional que se lhe pode substituir, a que menos divide o paiz, reunindo mais condições do que a Republica para reparar, conjunctamente com os seus d'outróra, os erros d'esta.

Em tal ordem d'ideias, como se vê, para adherir ao pensamento de uma restauração monarchica, não é preciso ser monarchico, bastando ser portuguez, ter algum discernimento, e não estar obsecado por quaesquer paixões ou interesses, por muito legitimos que sejam.

Mas que base offerece, ao presente, a

Monarchia, que apparece, aliás, como a unica solução nacional ?

Deseja-a o paiz ? Dá mais garantias do que a Republica ?

E como e em que condições effectuar a sua restauração ?

Analysèmos esses complexos aspectos da questão com absoluta isenção e imparcialidade e tendo sobretudo em fundamental attenção, que uma eventual restauração monarchica deve vir, a despeito de tudo, não como uma replica de represalia e de vingança, mas como um penhor de união nacional.

Não se deve pretender, imitando a maneira republicana, uma monarchia só para os monarchicos, o que na linguagem republicana se chamaria uma monarchia *thalassa*, mas uma monarchia, embora sem indecorosas transigencias, para todos os portuguezes, para a Nação,

Só isto pode convir ao paiz e á propria Monarchia.

E' essa solução possivel ?

Aprecièmol-o sem favor e sem malquerença para nenhum lado, dentro, apenas, da justiça e das conveniencias nacionaes.

IV

A solução monarchica.

No problema politico que está posto a solução monarchica impõe-se fundamentalmente por exclusão da já experimentada solução republicana, e ainda por uma outra consideração.

Em 1848 (como depois tambem em 1870), Thiers, antigo ministro monarchico, opinava pela republica, como vimos, com a ponderação de que era o regimen que menos dividiria a França. Ora o caso dá-se agora em sentido opposto para Portugal: a Monarchia é que é visivelmente o regimen que menos dividirá Portugal.

A Republica, como vem exposto, não sendo possivel e conduzindo á ruina nacional, se outro tanto se devesse suppòr da Monarchia nada mais haveria do que curvar a cabeça ao destino fatal.

E' essa a situação?

Não é. Não é, mas não quer isto dizer que, restaurada a Monarchia, todos os peri-

gos passam, todos os horizontes se desanuviam, todos os problemas se resolvem.

Nada d'equivocos.

Não, a Monarchia voltaria para trazer a paz, a ordem e a maior união entre os portugueses e assegurar a bòa vontade do estrangeiro, e, se essa funcção a póde desempenhar, é muito já, é mesmo tudo aquillo que é fundamentalmente indispensavel como base para a reconstituição da normalidade da nossa vida publica e particular. O resto vem depois.

Essa funcção póde a Monarchia, a despeito dos seus erros passados e da sua queda ingloria, desempenha-la?

O seu prestigio ressentiu-se, sem duvida, mas tem ella ainda bastantes raizes e elementos para o poder reconquistar e promovêr o bem da nação.

O paiz, dentro do seu feitio rabugento, é monarchico, e nem elle mesmo sabia que o era tanto. Revelou-lh'o a Republica.

Já Lamartine elegiacamente o dissera:

C'est quand on a perdu qu'on sait comment on aime.

. . . .

Emquanto esteve em monarchia, não conhecendo outra coisa, pareceu-lhe o caso

indifferente. Viu de perto a Republica, a principio com prazenteira curiosidade, e, depois de vista, de monarchico de nascença, que era, está-se fazendo monarchico de convicção. Em toda a parte, por esse paiz fóra, ha hoje mais espirito monarchico (e religioso) do que no proprio tempo da Monarchia.

As *adhesivações* de monarchicos á Republica não têm a menor importancia. Algumas, raras, foram de caracter menos lisongeiramente classificavel, na maioria foram de necessidade ou de desalento, no abandono em que militares e civis se viram dos dirigentes monarchicos.

Mas com quêm se faz a Monarchia nova, dirão? Onde é que estão os homens?

Na verdade não se póde dizer que enxameiem e precisamente é essa, de ha muito, a grande crise do paiz.

A Republica, alem do mais que não deu, não deu, de entre todos os seus homens de incontestavel talento, nem um homem d'estado, nem um grande politico que se visse. Nem grande, nem mesmo pequeno.

Na Monarchia a penúria é sensivel tambem, mas ha ainda alguns homens capazes, pelo seu valôr e pela sua experiencia, de aprovei-

tárem as circumstancias para restabelecer a organisação monarchica n'um novo equilibrio e n'uma mais salutar orientação.

E atravez do paiz, finalmente, a Monarchia dispõe de personalidades importantes, influentes e ordeiras para as administrações locaes, como manifestamente não tem a Republica, que teve de entregar o paiz, resalvadas honrosas e rarissimas excepções, á mercê de todas as mediocridades e insufficiencias.

Isto ninguem o pode contestar validamente, pela razão simples de que é a evidencia mesma.

Timidamente se observa tambem que a monarchia é mais cara (a lista civil!), do que a republica.

Criterio de merceeiro, poderia, aliás sem offensa para a grande ou pequena mercearia, responder o senador Snr. Faustino da Fonseca.

Na verdade, mais cara do que a mais cara monarchia é a desordem social e os effeitos economicos, que este anno e meio de republica bem deixam vêr já. Só na baixa das *inscripções* a fortuna publica diminuio na importancia de trinta vezes a antiga lista civil do Rei.

Mas, os senadores e deputados, funcionan-

do taximetricamente, não custam hoje dinheiro, elles e as clientellas de todos esses pequenos reis, que são ou se destinam a ser?

No entretanto, contra as demonstrações pretendidamente experimentáes da superioridade economica das republicas sobre as monarchias, seja licito registar esta bem conhecida exemplificação européa.

Em 1900, a capitação (hoje augmentada) do imposto era na Republica Franceza superior á de todas as monarchias, attingindo 76,45 francos, ao passo que na Monarchia belga a ominosa influencia do seu partido conservador-liberal, dito catholico, dava-lhe a capitação minima de 29,14 francos e o primeiro logar no movimento commercial, considerado em relação ao algarismo da população.

Que dizem a isto os panegyristas do radicalismo politico, até esquecidos dos *assignatos* e da tremenda bancaròta da Revolução Franceza ?

Onde o ataque contra a Monarchia Portuguesa rompe, porém, fremente é no campo das personalidades, contra as Pessòas Reaes, increpando-as por seus procedimentos e nefastas influencias.

E' o *filho do Rei dos adeantamentos*, o *Rei fugido*, o *Rei traidôr*, pedindo a intervenção estrangeira, e a *Rainha clerical*, e não sabemos que mais!

E republicanos ha, ao que se diz, que reconhecendo a indispensabilidade da solução monarchica, observam: « sim, mas não com o Rei D. Manoel ».

E' este um ponto arduo de tratar, mas não póde deixar de se apurar sobre tal assumpto o que a justiça, que a todos é devida, impõe e as conveniencias publicas aconselham.

A Monarchia poderia certamente refazer-se fóra de S. M. D. Manoel e entre outras candidaturas possiveis se apontaram já as dos Infantes D. Affonso ou D. Miguel, a do Principe D. Pedro, do Brazil, e a do Principe Guilherme de Hohenzollern, filho da Infanta portuguesa a senhora Dª. Antonia.

Mas, obviamente, a solução mais natural e facil, no ponto de vista monarchico, é a da restauração de D. Manoel II.

Quem isto escreve é insuspeito para o fazer, pois não logrou nunca ter a comprehensão dos interesses monarchicos, tal como no interrompido reinado era praticada.

Mas nem d'isso se trata, nem é, por outra parte, de esperar que a provação do exilio

nos não traga uma nova Monarchia e um novo Monarcha.

Quando em 1814 se fez a restauração da monarchia franceza com Luiz XVIII, é certo que se poude dizer que no seu exilio os principes nada haviam aprendido, nem esquecido.

Mal de nós, para a obra de emenda e de paz, que deve indispensavelmente representar a restauração monarchica, se El-Rei voltasse não tendo aprendido que a Revolução e a Republica não tinham para a Monarchia o sentido unico de um attentado, mas antes o de uma expiação d'erros de todos, e não viesse antecipadamente esquecido de tanta cousa, de dolorosa lembrança em materia de lealdade e de gratidão negativas.

Mas se ahí está o dever do Rei, o do Paiz é de não malsinar, aliás contra si proprio, com injustos doestos ou suspeições, quem os não merece e teria uma alta e difficil missão nacional a desempenhar.

Com a questão dos *adeantamentos*, que é onde tudo de preferencia vai bater, que tem o Senhor D. Manoel? — Nada.

Mas, neste ponto, com seu proprio e desventurado Pai, se foi menos justo, fazendo pezar com labéo sobre elle uma situação,

mais irregular na fórma, do que propriamente no fundo, e de que nem era o principal responsavel moral.

No fundo a situação era esta : os recursos régios eram insufficientes; a lista civil, que fòra fixada para D. João VI ha proximamente um seculo, já não chegava.

El-Rei D. Carlos, poude ter uma ou outra extravagancia, mas não éra o que se chama de indole dissipadòra. O Estado Real com os progressos da civilisação material e do custo da vida ostentosa é que se tornára mais complexo e dispendioso. A Administração da Casa Real, com despezas ordinarias importantes, não fôra talvez, em todos os tempos, bem gerida, e por outra parte o bolso real, n'este paiz de pedintes de todas as cathegorias, era propriamente o desembargo do Paço para todos os necessitósos, verdadeiros ou fingidos, das varias especies, sem fallar em estudiósos pretendendo subsidios, em artistas tendo em alto valor as suas obras, etc. (*).

A situação real era de endividamento.

(*) A gratidão de alguns beneficiados ou de suas familias daria uma pagina bem humanamente triste.

Constituidas as dividas, o que podia o Estado Monarchico fazer, para honra de todos, senão paga-las e attender á situação da Fazenda Real?!

Mais se fez em outras nações. Na Inglaterra, pagaram-se as dividas do ministro Pitt. Em França, o governo do segundo Imperio pagou tambem dividas de Lamartine, membro do governo Provisorio da Republica de 48. E a Italia, si não estamos em erro, tambem pagou consideraveis dividas de Victor Manoel.

Se o Rei se tivesse—o que se chama, locupletado, nenhuma attenuante teria a situação. Mas todos sabem que não era esse o caso. Nenhum dinheiro ficou na sua mão, e ninguem ignora que, tirante o morgadio de Bragança e pouco mais, a Familia Real Portuguesa não tem fortuna.

Aos governos cumpria attender á situação do Rei e da sua Casa por meios regulares e legaes, expondo-a ás Côrtes para que éstas providenciassem.

Preferiram addiar, sempre addiar, atamancar á portuguesa, sem pensarem que os addiamentos e os adeantamentos, com que iam dando expediente ás difficuldades, aggravavam-nas e não as resolviam.

Era, porém, regular, por parte do Rei, a acceitação de uma tal situação?

Não, sem duvida. Mas tanto os politicos de todos os tempos, na opposição, gritavam sempre — que o rei reinava e não governava, que o Rei, nisso como no mais, passando a ser uma chancella do Governo, adoptava como regular o que o Governo lhe dizia que éra, e naturalmente com tanta mais facilidade, quanto, na hypothese, se tratava de expediente provisorio.

Não é exemplar, mas não é propriamente criminoso.

D. Pedro V não praticaria assim. Mas como de todos os negocios se queria inteirar sempre, e tinha uma vontade, os politicos (na opposição) já lhe chamavam — pedante e rei absoluto.

Não vía, não comprehendia D. Carlos a situação?

Podia vê-la e comprehendê-la, porque era intelligentissimo.

Pouco tempo ainda antes de morrer, no seu terraço de Cascaes, á hora saudósa do sol poente de um glorioso dia de incipiente primavera, de tantas cousas passadas fallando com a imparcial serenidade, já precursôra da mórte, dizia-nos o Conde d'Arnoso,

— o patriota e homem de fiel dedicação, que o paiz inteiro admirou, e que morreu da mórte do seu rei e amigo e do descalabro nacional — que D. Carlos era um dos dois homens que mais lhe tinham, nos seus quasi sessenta annos de vida, dado a impressão de uma grande e penetrante intelligencia.

Na verdade, essa intelligencia, sem embargo do que o seu lealissimo servidôr, tantas vezes, e algumas com enfado seu e dos ministros, lhe observava, sobre essa e outras materias, não a applicava ao caso.

Para tudo descançava nos ministros e deixava-se ir na corrente.

Em 1830, Thiers, em opposição a Carlos X, escrevèra no *Constitutionel* a celebre e aphoristica phrase : *o rei reina e não governa*.

Os nossos politicos e os nossos partidos tomaram o conceito opposicionista ao pé da lettra e entenderam fazer dos reis portugueses, a troco de uma pretendida irresponsabilidade, puros manequins reinantes, e quando um dia o deputado semi-republicano, Snr. Fuschini, disse nas Còrtes — que o Rei é que podia e devia pôr ordem na politica, foi um escanpalo.

Assim havia sido educado D. Carlos, prin-

cipe, e assim continuára a sua primeira educação de rei.

Logo aos primeiros dias do seu reinado — ouvimo-lo da bocca do Snr. Barros Gomes — sendo, n'um conselho de ministros, reunido em palacio, necessario consultar a Carta Constitucional... no Paço de Belem, que o Rei habitava, não havia nenhum exemplar.

E assim succedeu D. Carlos deixar-se ir, até que um dia reparou que as coisas caminhavam mal e que os chefes dos dois grandes partidos, em que descançara tão absolutamente, já elles proprios não tinham mão na náu e que quem ficava em perigo era a Monarchia e elle.

Adoptando a outro'ra tão condemnada indicação de Fuschini, foi então que se voltou para o Snr. João Franco, como homem de pulso para fazer frente á onda, e se lhe entregou para que puzesse as cousas na ordem.

Como este, desperdiçando a sua força e a do partido que creára no paiz, e que na verdade valia mais do que elle, se houve, e como os acontecimentos se encadeáram depois, até á tragedia de 2 de fevereiro, em que se filiaram ulteriormente os successos conducentes á situação actual, sabem-no todos.

Assim D. Carlos mais nos apparece como victima dos erros que lhe imputam, do que como auctor.

Superiormente intelligente e instruido, com notavel talento, que evidenciou nas artes, na sciencia e até nos seus pequenos discursos, tinha além disso os mais honrados intuitos, como do proprio insuspeito testemunho do Snr. Fuschini, nas *Liquidações politicas*, se deduz.

Mas os seus ministros educáram-no mal: a titulo de engrandecimento do poder regio, ensinaram-lhe a dictadura e os adiantamentos.

O seu erro foi acceitar despreoccupadamente taes lições.

Caro e cruelmente o pagou com a sua vida, n'uma morte affrontósa, que não merecia (e que parece lhe não estava destinada), pois como Rei fôra, a despeito do seu valôr pessoal, em tantos documentos honrosamente attestado, apenas o producto passivo dos seus máos governos e do falso e perverso principio constitucional em que ruimmente fôra embalado, e manietado.

Não se póde, é claro, irresponsabilisar em absoluto o pobre Rei D. Carlos. Mas, indiscutivelmente, as suas culpas de passividade

foram redimidas muito além de qualquer justa medida, pelo sangue seu e do seu innocente primogenito, e iniquidade é na cabeça do filho sobrevivente pretender ainda tomar-lhe contas.

A questão dos adeantamentos não tem o valôr moral que a politica lhe quiz imputar, e materialmente divididos por um reinado de 28 annos não foram esses adeantamentos, de que aliás El-Rei D. Manoel assumira por lei (mas com menos honra seja dito, para o paiz que o consentio) a responsabilidade do pagamento, que comprometteram os orçamentos.

Por outra parte, El-Rei D. Carlos, que na politica interna tão inerte e nullo se mostrou, na politica externa, pela fórma porque pessoalmente a conduzio junto do seu grande amigo Eduardo VII deu a Portugal os dias de maior prestigio internacional de que elle jamais chegára a gozar, e isto vale dez, cem, mil vezes todos os adeantamentos, justos ou injustos.

D. Carlos nada deve pois á Nação. Fez-lhe um grande serviço, e, verdadeiro mártyr dos erros de todos, só elle, na morte, abraçado ao querido filho, é que com a vida os pagou.

A Nação, pois, é que está em divida para com elle.

Divida de mais justiça e divida do preito supremo da sua maior piedade !

Não lh'a regateia o sentimento publico e uma reacção de sympathia cobre já o seu nome, mesmo entre os que com os seus algozes poderam estar virtualmente emparceirados.

Era alguem, e, se podesse n'este momento ressuscitar, com adeantamentos e tudo, o rei que a nação escolheria seria elle, pois a despeito dos seus erros e fragilidades, pelo seu alto valòr honrou, perante o mundo, o seu paiz.

Não fallemos, pois, mais em *adeantamentos*, em adeantamentos que ainda quando muito repuxados não attingem a cifra que foi calculada para os *atrazamentos* d'Ambaca, tão subitamente absolvidos.

E o *Rei fugido?*

O *Rei fugido* não é fugido, como já se viu.

Não foi elle que fugiu — *fugiram-no.*

Quem fugiu não foi elle, foram os que o abandonaram.

Mas que tivesse fugido! Onde está o chefe d'estado que, indefezo, ficasse á espera que o triumphador o viesse aprehender?

Não se conhece exemplo na historia.

Luiz XVIII, em 1815, não esperou por Napoleão, triumphalmente regressado da Ilha d'Elba, e a Gand foi passar os famosos *cem dias*.

Carlos X, fugido em 1830, successivamente de St. Cloud e de Rambouillet, foi precipitadamente parar a Holy-Rood.

Luiz Philippe, em 1848, teve de ir disfarçado embarcar ao Havre com destino a Inglaterra, onde fallecia dois annos depois.

E o proprio Napoleão, o conquistador do Mundo, dirigindo-se a Rochefort, era na ideia tambem de fugir para a America, e foi só porque o não poude conseguir, que themistocleanamente recorreu ao asylo da Grã-Bretanha, que deshonrosamente para ella lh'o deu em S^ta^ Helena nas affrontosas condições que Lord Roseberry eloquentemente stygmatisou não ha muito ainda.

Acaso faria sentido El-Rei D. Manoel e as Rainhas aguardando em Mafra que o Snr. Theophilo Braga os viesse buscar, para debaixo do seu chapéo de sol os passeiar em

Lisbôa, escoltados por uma guarda d'honra de carbonarios? Ou expondo-se as senhoras a que o Snrs. Benardino Machado e Augusto de Vasconcellos, como os mais ensobrecazacados coryphéos da Republica cordealmente lhes offerecessem o braço para as proteger contra a multidão?

Mas se a revolução não tivesse triumphado! Os republicanos, aquelles que não tivessem fugido já, não fugiriam tambem?

Não se viram em 28 de Janeiro fugas heroicas?

Não, o *rei fugido* é um argumento antimonarchico, além de falso e absolutamente pueril, de arriscado emprego por parte d'aquelles que a elle recorrem.

Fugido, e como não bastasse — *traidor!*

Mas onde está a prova da traição, a prova sequer de ter pensado na intervenção do estrangeiro, que bem poderia não ser traição, mas simples humanidade?

Affirmam-no, mas não o provam.

A prova pediu-a Couceiro. Responderamlhe com a palavra d'honra, entrincheirandose, para não exhibirem a demonstração, em motivos de ordem internacional.

Mas quem póde tomar isso a sério?

Motivos d'ordem internacional poderia have-los para se não *publicar* cousa que involvesse responsabilidade de alguma nação estrangeira. Para não mostrarem, e com tanta vantagem, o documento demonstrativo ao snr. Paiva Couceiro, cuja palavra d'honra poderia mesmo ser empenhada no segredo, nenhum, absolutamente nenhum podia haver.

A conclusão mais favoravel é que o documento, cuja existencia se jurou nas aras da Republica, é qualquer coisa vaga, indemonstrativa e a que só maliciosamente se póde dár mau sentido.

Tambem para condemnar Luiz XVI se proclamou que em 10 d'agosto mandára fazer fogo sobre o povo, quando a verdade era que *por escripto*, entregue a Roederer, se não estamos n'este momento em erro, ao contrario, mandára *cessar o fogo*.

O documento, então sumido, foi não ha muito encontrado. Mas o effeito da falsa accusação estava já consumado ha mais de um seculo no sangue innocente derramado na Praça da Revolução, de tragica memoria.

Mas a que proposito havia de El-Rei D. Manoel pedir a intervenção estrangeira?

No meio de uma refrega, em plena guerra civil, como em 1833 ou em 1846, podia comprehender-se. Sem nada haver, e quando tudo fazia suppôr a fidelidade (real) da grande massa do exercito, não fazia sentido.

O apello de D. Manoel para o estrangeiro, nem está demonstrado, nem é verosimil.

Mas se tivesse realidade?

Se tivesse realidade, seria por ventura copia ou suggestão de exemplos republicanos.

Durante a dictatura franquista, não se viu um alto republicano, aliás dos mais estimaveis pessoalmente, apellar iracundo na imprensa de Paris para a intervenção estrangeira?

E no passado, não se vio a *Maçonaria* ir pressurosa a Sacavem saudar... Junot?

Não foram em Junho ou Julho de 1910, tres emissarios republicanos avistar-se com o Governo britannico, que officiosa e secretamente os recebeu?

Não, não houve pedidos d'intervenção, nem *Rei traidor*, senão na imaginação de ultra-sectarios.

O que houve, á vista de todos, foi um *Rei trahido*.

Faz differença.

Mas nem a Rainha, a Senhora D. Amelia, nos ataques politicos foi poupada, e não só não foi poupada, senão que foi profundamente aggravada, accusando-se da má orientação monarchica — o seu *clericalismo*.

Não havia, nem ha clericalismo em Portugal, como já ficou dito, e nem a Rainha n'esse sentido mostrou nunca nenhum intuito. Antes, talvez, pelo contrario.

Religiosa sim, como era da sua condição e educação, e como a tantos republicanos, sem deshonra, egualmente succede. Mas que em materia politica propendesse para influencias clericaes e suggestões reaccionarias, isso não. Nem sequer estaria na tradição da sua raça.

E se alguma influencia lhe podesse ser attribuida na politica, só poderia ser a contraria, no appoio que possa, na melhor das intenções, ter dado a determinada politica, que n'uma errada comprehensão de pacificação geral e de attracção acariciava de preferencia os dissidentes e o Snr. Teixeira de Souza, e assim indirectamente os hereticos republicanos.

A impopularidade da Rainha a Senhora D. Amelia é tambem um dos argumentos contra a restauração monarchica na cabeça

de seu filho, mas bem injusto e bem ingrato.

De irreprehensivel virtude, cheia de admiraveis e corajosas qualidades de justiça e de dedicação, toda ella se consagrou sempre com o seu energico esforço, e com os proprios recursos dos seus haveres, ao maior bem do povo, em tantas obras de assistencia patentes aos olhos do todos, tendo assim direito ao mais grato reconhecimento nacional.

Mas a sua popularidade seria uma força para a Monarchia e assim era necessario derrui-la.

Não se podendo dizer contra a bondosa Senhora outra cousa, como éra piedosa disse-se que éra clerical, e agitando perante as massas ignaras o ridiculo, mas sempre efficaz, espectro do clericalismo e da reacção, acabaram de facto por a impopularisar.

Porque, é necessario distinguir bem, a Rainha D. Amelia não é uma pessoa impopular : é uma pessoa intencional e malevolamente impopularisada, o que faz differença tambem.

Pobre Rainha ! Quão ingrato para com ella fizeram este povo portuguez, que ella tanto amou e tanto servio.

No Paço de Mafra, horas antes da partida

para o que tinha de ser o exilio a vimos.

Resoluta mais do que ninguem e não abatida, um sentimento de humano tédio nervosamente a dominava. Mas sentia-se bem, que na sua alma levantada e corajosa, éra menos a adversidade politica que a feria, do que a traição, a deslealdade e a ingratidão de tantos, o que, no fundo da sua alma justa e bôa, a revoltava.

N'um dado momento, da bocca sahiu-lhe irreprimivelmente a palavra — infamia.

Mas logo explicou para os que estavam : « não digo isto pelo povo que é bom e a quem sempre quiz, mas pelos que o pervertem. »

Tambem para ella a hora de justiça ha-de chegar.

Estas e analogas linguagens de accusação não as fallam só republicanos, mas tambem monarchicos.

Que monarchicos?

Em geral, quando não os mais beneficiados pela magnanimidade régia, são os mais responsaveis no descalabro monarchico e nacional, que acham mais commodo desculparem-se com o Chefe do Estado e sua Fami-

lia, do que penitenciarem-se a si proprios.

E, todavia, é manifesto que, com uma politica organisada como a nossa estava, com a falsa concepção da realeza que a dominava e que aos soberanos era como que imposta desde os seus primeiros e inexperientes passos, o Rei era, ou tornava-se o que a oligarchia politica, conjugada nos ultimos tempos com o desvairamento jornalistico, d'elle faziam.

A morte de D. Carlos, á parte o seu aspecto propriamente criminal, foi, sobre a cabeça unica do de certa maneira menos culpado, a expiação dos erros e desatinos dos mais culpados, ou, para melhor dizer, de todos, uns por uma fórma, outros por outra.

No desastre monarchico de 5 d'outubro, em relação ao Rei D. Manoel, outro tanto se póde dizer, pois nas graves e fatais circumstancias em que o joven monarcha cingiu a Corôa, não teve em volta de si homens para efficazmente o aconselharem e dirigirem no melhor sentido e desopprimi-lo de enredos e intrigas.

Valeu-lhe ainda, até certo ponto, o Snr. José Luciano de Castro, homem, embora de *regedoria* antiga, de indubitavel capacidade politica e de grande experiencia, mas que,

se tinha cabeça, faltavam-lhe os meios de acção executante, e a quem pretendeu substituir-se-lhe na arbitragem politica entre as facções e em aconselhar o Paço, talvez tivesse o que áquelle homem d'estado faltava, mas manifestamente não dispunha do mais essencial.

Não se façam, pois, exageradas incriminação pessoaes ao Senhor D. Manoel, que não são justas, e, perante o problema da sua restauração, o que só é licito inquirir é se ha n'elle a materia prima de um Chefe d'Estado que presida aos destinos de Portugal e dê solução a crise que o paiz atravessa.

Porque não ha-de haver?

Não offerece duvida, nem a sua viva intelligencia, nem a sua applicação, nem mesmo o seu gosto, primordialmente um pouco infantil, pelo duro officio de reinar, e só lhe faltou orientação e experiencia, mas que no educativo exilio certamente terá começado a ganhar.

Por outra parte, por muito que antagonistas a queiram reduzir, é inegavel que elle possue sobre um qualquer presidente de republica a vantagem da tradição historica, absolutamente importante n'uma nação, que é sobretudo grande pela sua historia e pelas

relações tradicionaes que d'ella derivam. E, passando do geral ao particular, e para assim dizer ao experimental, pessoalmente D. Manoel, Rei, sabidamente illustrado, como é, a venerabilidade dos annos á parte, não vale certamente menos do que o seu homonymo, Presidente, que os representantes da Nação livremente escolhéram como o melhor, e que, para todos, tão digno é de estima e de respeito.

De desejar seria, dada a nossa extraordinaria penuria de homens d'estado, que no senhor D. Manoel podesse haver o estofo de um Eduardo VII, de um Guilherme II, de um Victor Manoel, ou mais modestamente, e no confronto com os paizes pequenos, de um Leopoldo da Belgica, ou de um Fernando da Bulgária.

Mas D. Manoel é moço demais para qualquer vaticinio, que se possa tomar á conta de sério e não adulador, e não é uma these de cortezão, que aqui se defende.

Para o Governo de que Portugal carece, pelo visto, o que em qualquer caso menos serve é a Republica. Mas para que a Monarchia caminhe francamente victoriosa, atravez das difficuldades antigas e modernas, indispensavel é que haja chefes de gover-

no, ou um chefe d'Estado á altura da situação.

Se nem uma nem outra cousa apparecer — mal estaremos então, embora não peior do que em republica, e sempre antes melhor. Mas a solução racional terá sido tentada.

Ninguem de bòa fé pode jurar, nem que, restaurada a Monarchia, o Senhor D. Manoel com as lições do exilio irá ser um grande rei, nem que, com a lição revolucionaria, pondo o paiz a dois dedos da sua ruina, surgirão notaveis homens d'estado.

O que apenas se sabe é que a instituição republicana não pode manter-se; que a monarchia a deve substituir; que D. Manoel é o seu natural representante; que nenhum motivo de honra nacional o contraindica; que nada obsta a que se creia que elle possa ser um util rei; e que é mais facil apparecerem homens de governo e de ordem no pessoal monarchico do que no republicano.

O resto, a Deus pertence.

Se o Senhor D. Manoel vier, involto na bandeira azul e branca, como symbolo de páz e de união, devidamente compenetrado dos erros e desvarios monarchicos, que tornaram a Monarchia momentaneamente aborrecida, magnanimamente aberto o coração a

todos os salutares esquecimentos e a todos os sinceros reconhecimentos da sua grande e difficil missão, e se para isso encontrar na isenção de alguns homens publicos, qualquer que seja a sua origem historica, os indispensaveis cooperadores, Portugal, embóra com custo, pois o abalo foi tremendo, Portugal levanta-se, e, com honra para todos renascerá para a ordem interna e para a consideração exterior.

Mas, fóra d'esse elementar programma, não venha D. Manoel.

Não venha que é inutil, prejudicial e perigoso.

E se Portugal tem de esfacelar-se e morrer, antes seja ás mãos dos que vaidosamente cuidaram salva-lo com uma aventura revolucionaria, inverosimilmente triumphante, do que ás do representante historico do aguerrido principe, que oito seculos antes o fundou como nação.

Por tudo o que vem exposto e ponderado, o regresso da Monarchia, com a maior sinceridade se pode affirmar, impõe-se no interesse do paiz e até no interesse da propria Republica, para que o mal que ella trouxe se não avolume e lhe

acresça as gravissimas responsabilidades.

Impõe-se e impõe-se até com manifesta urgencia, pois cada dia que passa torna a situação mais grave e o que é hoje utilmente fazivel póde deixar de o ser amanhã.

Por muito monarchico desgostoso que se tenha sido, por muito republicano que se seja, os factos são os factos, a evidencia é a evidencia.

Ou muito nos enganamos, ou só o regresso á Monarchia poderá segurar a situação portuguesa no desmoronamento em que vae.

Cooperar para esse effeito é, pois, obra, não de um partido, mas obra nacional, que interessa tanto aos monarchicos como aos republicanos.

Comprehende-se que seja todavia difficil congrega-los n'uma acção commum.

Todos, é até impossivel.

Mas homens eminentes de ambos os partidos fariam sem duvida obra do mais alto patriotismo, se se aproximassem para estudar o problema e apurar as condições da sua util resolução num qualquer systema de transacções dignas de todos.

A contra-revolução, que publicamente se diz em preparação, a despeito de fracassos

passados, e ainda futuramente possiveis, não é insusceptivel de exito final.

Mas poderá vir tarde.

E que novas ruinas trará uma lucta armada? E que novas divisões cavará na sociedade portuguesa?

Por differente que seja a nossa orientação, não está na nossa indole censurar ou se quer criticar homens de energia e de caracter, que patrioticamente batalham pelos seus principios e pela causa nacional, atravez de privações, riscos, e responsabilidades da maior transcendencia para, pelo mesmo processo, replicar á obra do 5 d'outubro. Mas é licito expressar o voto, de que a grave questão patria se possa, antes resolver sem mais sangue e sem mais odios, como aliás o pretendèra o proprio Snr. Paiva Couceiro.

Sem duvida ás hostes monarchicas, que vèem annunciando proxima e magna batalha, mereceria mais approvação que chegados agóra ao termo d'esta rapida exposição politica, de tão sincera, imparcial e ordeira concepção, a epilogassemos com um — *Viva El-Rei D. Manoel!* e um alto brado de — *A's armas!*

Não, o nosso apello subsiste pacifico, simplesmente dirigido ao bom juizo e alto crite-

rio de todos os portuguezes de são entendimento e de coração lavado d'odios, para que, abnegadamente, sem distincção de ostentosas bandeiras partidárias, que teem de submetter-se á gravidade do momento, dêem o seu concurso para a salvação da patria commum em visivel e imminente perigo.

E dado o sentido partidariamente isento das considerações aqui trazidas a publico, querendo sobretudo confiar, pela razão que na causa abunda, no patriotico esforço de *todos*, não as queremos, nem podemos, tam pouco rematar com outra saudação, que não seja ésta, que aliás será certamente tambem a que está na bocca do Rei Proscripto : *Viva Portugal!*

Lisboa, 16 de maio de 1912.

ADDENDA

I

Ao entrar no prelo o presente opusculo, a de ha muito annunciada, e tantas vezes addiada, tentativa de restauração monarchica á mão armada acaba de realizar-se numa nova incursão dos monarchicos emigrados em Hespanha, de concerto com nucleos internos.

Totalmente alheios ao acontecimento, não temos elementos para o criticar na sua concepção e nos seus meios de execução, mas tampouco temos motivos para alterar o que escrevêmos.

As recentes occorrencias criam, porém, uma situação de novo aspecto, que ainda neste momento parece não estar completamente definida, mas que tem de ser prevista, examinada e ponderada.

As hypotheses no assumpto são trez : o mais ou menos prompto, mas decisivo, triumpho da acção monarchica; o mais ou menos prompto, mas decisivo, triumpho da defesa republicana; um prolongamento de lucta effectiva ou latente sem resultados decisivos e nitidos.

Sem censura, que seria indignidade, para os que estão arriscando a vida em combates já sangrentos, e prestada a mesma homenagem respeitosa e piedosa aos que, de um e outro lado, morrem no posto de honra que elegeram, relembrando tudo o que foi

exposto, quanto á solução monarchica da grave crise que a nação atravessa e quanto á forma antes pacifica de a encaminhar, seria falta de inteireza moral deixar de expressar claramente que, posto em acção o conflicto armado, a manifesta preferencia deveria caber á victoria monarchica, realisada em condições analogas, ou mais suaves ainda, do que as do triumpho republicano de 5 de outubro, não, é claro, para uma revindicta, mas para nobremente se coroar por uma obra de salutar pacificação publica.

E não se deve assim pensar e sentir por mesquinha sentimentalidade monarchica.

Continua-se a dizel-o, sem espirito de provocação para o campo contrario, no alto e exclusivo ponto de vista do interesse nacional e embora a propria Republica historicamente tambem com isso tivesse a ganhar, pois dia a dia vão crescendo as suas responsabilidades, e se os seus mais graduados adeptos se não resolverem a attender o grave problema, cada vez de resolução mais urgente, pondo de parte todo o espirito sectarista, difficilmente deixará a Republica de acabar peior ainda do que por uma contra-revolução.

Para se pôr em pratica a acção pacifica advogada nas paginas que antecedem, melhor fôra, sem duvida, que o recente conflicto se não tivesse chegado a dar, pois novos e mais profundos estimulos veem agora perturbar e complicar a já antes difficil empreza de uma tranquilla solução de concordia nacional, meramente extrahida da razão e do bom senso do paiz.

Abertas, porém, as hostilidades, tendo de haver um vencedor, triumphasse antes a causa monarchica, por ser, como longamente tem sido exposto, a que mais garante a unidade nacional e o bem patrio.

Mas não tendo de triumphar, e até ao presente a sorte não parece ter-lhe sido propicia, triumphem então rapida e decisivamente os poderes constituidos, a bem da causa, que a todos immediatamente interessa, da ordem e da tranquillidade publica, que uma lucta indecisa gravissimamente comprometteria, arrastando comsigo os mais sagrados interesses da Patria, lançado por tal forma o paiz nos horrores da guerra civil e da mais caracterisada e funesta anarchia.

Vençam, e, accalmados os animos, dêem então honrado balanço á situação interna e externa, e se julgarem que podem consolidar uma republica digna de tal nome e em que caibam, dentro de uma grande amnistia patriotica, todos os portuguezes, affirmem-no, demonstrem-no, convençam de isso o paiz, e este, ainda que de sentimento mais monarchico, tanta é a superior necessidade que tem de paz, de ordem e de trabalho, não deixará de fazer credito ás novas instituições.

Mas se, pela força das circumstancias, só está ao alcance dos dirigentes politicos e nos seus meios, a despeito de um triumpho momentaneo, uma republica sectaria, d'odios, de revindictas e da divisão de tudo e de todos, convençam-se então que em tal condição poderão continuar a governar, ou a parecer que governam, mas nada poderão fundar para bem e honra da nação, que continua a ser o que importa.

A terceira das hypotheses consideradas é que é, evidentemente, a mais funesta e fatal : é a da guerra civil e da anarchia, bravas ou mansas que sejam, com todo o seu cortejo de crueis horrores, materiaes e moraes, e a que o paiz difficilmente resistiria.

A essa é que é absolutamente indispensavel que se não chegue, pois desencadeadas as implacaveis

luctas fratricidas e anarchisada a nação, tudo acabou. Portugal deixa de ser uma nação, na posse de si mesma, para ser apenas, neste recanto da Europa, um pequeno estado inconvenientemente desordeiro, de que a policia europeia toma, mais uma vez, provisoriamente conta, até no nosso proprio interesse social e humano.

Não, não se deixem as cousas agravar até esse ponto, pois poderia ser o fim final de tudo, ou pelo menos o começo de esse fim, e que nenhum portugues perca de vista, ao ver o seu paiz tão profundamente enfermo, que estados mais extensos e poderosos do que Portugal tambem morreram, desapparecendo da lista das nações livres e independentes.

A tempo, pois, se cuide e previna, antes que as cousas se tornem irremediaveis, ou mais difficilmente remediaveis, e não nos dêmos em espectaculo, espectaculo triste e que nada tem de glorioso, á Europa e ao mundo.

Se o Governo tem elementos de força e de ordem para poder prompta e decisivamente subjugar a contra-revolução, ninguem poderá extranhar que, affastando-se do triste exemplo do governo monarchico de outubro de 1910, os empregue e firme a sua immediata auctoridade.

Mas se não estão seguros da sua força e dos destinos republicanos, para mais que não seja entreter uma campanha de guerra civil declarada, ou mesmo apenas latente, façam então acto de consciencia, de civismo e de abnegação, facilitando o tranquillo exame e a pacifica solução da situação portuguesa, no ponto de vista dos perigos internos e externos que a assoberbam e de uma resolução do problema politico, que mais efficazmente affaste esses perigos e concorra, repita-se sempre, para o maior bem e a maior honra da nação.

Se o paiz fosse republicano e os chamados conspiradores não passassem de simples discolos, o caso presente não teria maior gravidade, e não haveria motivo para suggerir contemporisações : o governo que andasse para diante, e mais ou menos facilmente acabaria por dominar completamente a situação ao inteiro gosto e vontade do paiz.

Mas essa não é, a despeito de quanto publicam os jornaes, a hypothese, bem o sabem os dirigentes da Republica. O paiz não é republicano, nem sequer está em caminho de o ser, agora que ha sangue derramado ainda menos, e a verdade, na formula conceituosa e lapidar do diplomata mais eminente e insuspeito á Republica, junto d'ella accreditado, é que, no fundo, o que Portugal é — é um paiz monarchico, com uma capital anarchisada.

Em taes circumstancias, e qualquer que seja a hypothese finalmente realisada, o appello e as razões, de que estas paginas se teem feito echo para uma pacifica approximação de homens eminentes de ambos os campos com o fim de se attingir um regimen transaccional patrioticamente util e honroso para a causa da nação, que parece cada vez mais gravemente arriscada, esse appello e essas razões subsistem, para um e outro lado, em toda a sua essencia e generalidade, pois que se não prendiam, bem pelo contrario, nem á annunciada incursão, nem portanto ao seu exito ou insuccesso.

E' fóra de duvida que a maior agudeza do conflicto aberto difficulta e complica agora mais ainda o recurso a esse pacifico appello e a sua efficacia.

Por outra parte, porém, perante a expectativa de um recrudescimento de gravidade da crise nacional, esse expediente póde tornar-se mais necessario do que nunca.

O appello aqui se repete, pois, e a publico virá no momento sereno, que mais opportuno se affigure

para poder ser devida e utilmente comprehendido, e posto em acção por iniciativa republicana ou monarchica, se a isenção e o patriotismo de todos assim o permittirem.

Mas será elle comprehendido, e entender-se-ha dar-lhe seguimento, por uma qualquer fórma?

O integro, isento, e cremos que não injudicioso proposito que aqui, fóra de todo o espirito de systematica hostilidade, o inspira, o paiz, o paiz d'aquem e d'álem-mar, o apreciará e julgará.

No mais, o que tem de ser... será.

Mas o nosso brado, em Monarchia ou em Republica, em Republica ou em Monarchia — e com tanto mais commovido ardor neste grave momento, quanto é, ausente da patria, na Lorena de Joanna d'Arc, supremo symbolo do patriotismo, que o clamamos — continua e continuará a ser sempre aquelle com que rematámos o nosso ultimo capitulo.

Acima de todas as concepções de humana politica estão, tangivelmente para todos que teem o coração no seu lugar, uma terra, um sangue, uma alma e uma historia, que se resumem na palavra — *Portugal.*

C. 14 de Julho de 1912.

II

Hoje 5 de outubro de 1912 completam-se dois annos de Republica Portugueza!

A travez da janella deante da qual estas linhas são traçadas, o ceu tem o mesmo esmalte anilado, as aguas do grande oceano o mesmo reflexo saudosamente azulado de sempre.

Na Nação, porém, o azul da velha bandeira patria continua banido, e é o verde e o encarnado do novo symbolo que sobre ella triumphalmente fluctua.

Triumphalmente?

Triumphalmente será muito dizer. Sem duvida a Republica plenamente subjugou a tentativa contra-revolucionaria de Julho, em que a causa monarchica, salvo dignissimas excepções pessoaes, não sahio engrandecida, nem sequer por uma derrota honrosa.

O esforço da victoria tambem, correspondentemente, não teve de ser grande.

Do conjuncto destes aspectos resulta que o que se passou em julho não foi o que se costuma chamar uma lucta de titans, e não constitue propriamente materia para ser arvorada em gloria nacional. E se alguma collectiva houve, a quem cabe, em homenagem á verdade seja dito, é.... aos *carbonarios*.

Sem o arranco de que fizeram prova, accorrendo aos pontos perigosos, pelo seu exemplo animando uns, e pela sua audacia intimidando outros, é bem possivel que a simples acção do elemento official se mostrasse, então tambem, a despeito de quaesquer

dedicações pessoaes á Republica, insufficiente, como em outubro de 1910.

No ponto de vista, pois, republicano, honra aos *carbonarios*, e se se quizer dizer que em julho foram elles que salvaram a Republica, não haverá talvez muita razão para o contradizer.

Manifestamente, porém, a contribuição de dedicação e de denodo, que a *carbonaria* deu, e poderia ainda dar, para defender pela força as novas instituições, não é extensiva á sustentação das mesmas no campo da politica e da administração.

Assim, victorioso o campo republicano e liquidado o incidente com a retirada dos incursionistas e a prisão de centenares ou mesmo milhares de contra-revolucionarios internos, uns verdadeiros, outros suppostos, e que agora se amontoam em horrendas prisões — se os monarchicos, participantes ou não na aventura, tiveram de, desoladamente, curvar a cabeça e dar-se por vencidos, é certo que por sua parte os republicanos reflectidos se não consideram muito mais consolidados com a victoria, do que antes. Esta foi sem duvida agradavel para o amor-proprio dos vencedores, mas se anteriormente a manutenção da Republica tinha inconvenientes e difficuldades que a tornavam periclitante, os mesmos inconvenientes e as mesmas difficuldades ficou tendo.

Fortificou-se depois de julho a Republica?

Não se vê realmente em quê.

Sem duvida tem estado no poder um Governo mais calmo e atinado do que os anteriores e o seu presidente indiscutivelmente tem-se em tudo manifestado um espirito lucido e ponderado e um caracter firme e alheio ás vaidades do mando, que é a grande pecha dos nossos governantes de agora, como já o era, aliás, dos estadistas d'essa monarchia, compromettida subretudo pela phantastica

vaidade e pela inescrupulosa ambição de tantos dos seus dirigentes e influentes.

Mas, de resto, em que tem elle contribuido para maior fortificação das novas instituições? Nem se vê, nem se sente, pois a situação geral de apathia, de desanimo, de marasmo, de entorpecimento e de descahimento de tudo, persiste a mesma, antes com agravamento manifesto, bem caracterisado na progressiva carestia da vida, na desvitalisação das cidades e no prodigioso augmento da emigração dos campos e do exodo da riqueza publica.

Toda a actividade official concentra-se em prisões e condemnações, tão numerosas, tão implacaveis e desproporcionadas, ou tão arbitrarias, que só augmentam os rancores e os odios, ao mesmo tempo que fazem sangrar o bom e generoso coração do proprio Presidente da Republica, como, confessando-o em enternecida linguagem num banquete official, se honrou em dizel-o.

Em vez de semelhantes prisões, em que alguns estão sem culpa formada e sem interrogatorio, e de tão crueis castigos, infligidos a gente, na sua maioria de minima condição (pois tantos inculcados chefes, não se sabe porquê, nada teem soffrido), ha muito que a amnistia se impunha, como medida de alta e nobre politica, pois o que se está fazendo, além de involver manifestas injustiças e de constituire um estimulo para o desencadeiamento das mais ruins paixões, uma verdadeira escola de delação e de traição e um motivo de inquietação e de desgosto geral e de paralysação da vida nacional, é politicamente absolutamente inutil, senão contraproducente.

Se podesse presumir-se que a amnistia teria como consequencia pôr os amnistiados novamente a conspirar, era licito hesitar em a dar. Mas tal não é o caso.

Quem é que, depois do que se passou, se vae metter de novo a conspirar?

Onde estão, depois de casos tão extraordinarios, como os que ahi se contam, pessoas que confiem bastante umas nas outras para conspirarem juntas, ou se quer conversarem em tal assumpto?

Não, os monarchicos conspirativos já se não merecem confiança uns aos outros, tantas foram as indiscricções, senão as traições, e assim a Republica pode, por este lado, estar inteiramente soccegada.

As conspirações monarchicas, depois do tão pouco honroso fiasco da ultima, estão de vez arrumadas e com esse recurso não pode já contar a causa da restauração monarchica, como esse perigo não tem já tampouco de recear a Republica.

A amnistia impõe-se, pois, e recusal-a ou addial-a é apenas mais um erro do Governo Republicano. Erro semelhante ao do proprio Governo Miguelista, que, só por não querer conceder a amnistia aos liberaes, deixou num certo momento de ser reconhecido por todas as potencias.

Não, para a Republica, o perigo não são os conspiradores monarchicos, nem mesmo os monarchicos não conspiradores, pois está provado e bem provado que, se abundam monarchicos, não ha todavia partido monarchico organisado com força para a derrubar por qualquer forma que seja. O perigo para a Republica está só em que ella, por si, tambem não tem força para se sustentar.

E esta é que é a triste situação nacional, que, a todos que tenham um atomo que seja de sentimento patriotico no coração, deve inspirar as mais dolorosas apprehensões.

Não tendo o virtual partido monarchico força para restaurar as historicas instituições que fundaram a nacionalidade portuguesa, o que podia patriotica-

mente desejar-se no supremo interesse da integridade, da independencia e dignidade nacional?

Que a Republica, visto que está, se consolidasse.

Mas se a Republica tão pouco tem forças e condições para se consolidar...

Então?

Então é a visão horrenda da decadencia patria, por ventura, do fim da nacionalidade.

Mas não pode realmente consolidar-se a Republica Portuguesa?

Não é crivel que possa, como largamente foi explanado, mas essencialmente porque não se integrou, nem vae a caminho disso, nem no sentimento do paiz, nem no credito das nações estrangeiras.

Internamente, affrontou a sentimentalidade nacional, compromettеu a unidade moral do paiz, dividindo tudo e todos sem exclusão dos republicanos entre si, destruiu muito e nada edificou senão a desordem, a anarchia e a violencia, que assombrosamente pululam pelo paiz fóra. E a verdade é tambem esta: não tem pessoal para funccionar.

Externaente, maniquilou o prestigio e respeito historico, ligados á constituição monarchica, quebrou os laços conservadores dos parentescos e affinidades dynasticas, estimulou a Europa monarchica e accordou ou exaltou as cubiças coloniaes.

E isto é tão exacto, que já no horizonte se desenha o espectro de uma intervenção, que uma autorisada folha madrilena chegou a indicar em termos concretos e precisos, com designação até do principesco instrumento representante dessa intervenção.

Historias, dirão, especulações thalassicas!

Oxalá assim fosse! Mas tal não é sequer a crença dos proprios magnates republicanos, pois a contraria crença é que explica o subito incremento do esmorecimento de tantos, e as altas tentativas de concentração e de acalmação de divisões, de momento

atenuadas, mas já de novo reacendidas, tão organicamente irreprimiveis são.

De pé, bem de pé, confiado ou fingindo confiança nos destinos da Republica, só um dos chefes se ostenta jupiterianamente impavido — o Snr. Affonso Costa, e tudo inculca que dentro em pouco o poder lhe irá parar ás mãos, queira ou não.

E', sem duvida, e sem desfazer em ninguem, a primeira figura da Republica, o seu maior talento, a sua maxima força de acção e o chefe que dispõe de maior e mais activo partido.

Até agora, manda a verdade que se diga, a sua acção não tem sido benefica. Mas chamado á presidencia de um governo, e com as especiaes responsabilidades inherentes, saberá elle melhor governar-se a si proprio e ao seu irrequieto partido, e fazendo prova de isento caracter poderá, reconhecendo os seus erros passados, vencer tantos vãos preconceitos democraticos que lhe minam o cerebro ? E como verdadeiro homem de Estado saberá emendar amanhã a sua obra de hontem ?

Não foi só o Imperador Henrique IV que foi a Canossa. A Canossa tambem foi a Republica Franceza, e pela mão de Bonaparte, que não é uma companhia de quem o Snr. Affonso Costa se tenha de envergonhar.

Va, pois, tambem a Canossa (em cujo caminho até já entrou), restabeleça a bandeira azul e branca, proclame a amnistia geral, e ainda que isso tudo possa não salvar a Republica, será um consideravel bem para o paiz e para o proprio nome de quem isto decretar.

Como quer que seja, a vinda ao poder do Snr. Affonso Costa não constituirá facto indifferente, e antes culminante será na historia da Republica : deterá ou apressará o seu fim.

Na sua consolidação effectiva, porém, é que, pelas

razões repetidamente apontadas, se não pode facilmente ter a menor confiança, e, não a podendo haver, ha que prever.

Ao mesmo terreno vimos, pois, sempre : é necessario que os homens eminentes da Republica e da Monarchia se approximem para conjunctamente cuidarem dos destinos nacionaes apreciando os perigos que nos involvem (e alguns novos se desenham no horizonte) e attenderem, de concerto, ao remedio a dar á situação, de forma a de novo unir os portugueses e dar a Portugal o regimen que melhor salvaguarde a sua independencia, a sua integridade, os seus interesses materiaes e a sua honra.

Com a Republica, sincera e convictamente se pode continuar a pensar fóra de todo o sentimento sectario, não parece que Portugal possa utilmente proseguir.

Mas se tem de regressar ao regimen monarchico, por Deus que seja com uma Monarchia feita pelos portugueses e não imposta, formal ou dissimuladamente, de fóra.

Bem sabemos tudo quanto se pode, justa e injustamente, objectar ao regresso de D. Manoel de Bragança. Mas, sem embargo, antes o Senhor D. Manoel, cujos erros de inexperiencia são ainda bem remiveis e que pertence á familia portuguesa, tambem ella na sua massa não isenta de péchas, do que um desdenhoso principe estrangeiro, alheio aos nossos usos e costumes, ás nossas virtudes e aos nossos defeitos, e que nos olharia, *á Beresford*, como animaes curiósos.

Neste ponto, a despeito de tudo, mesmo os mais refractarios optarão certamente pela a chamada *prata dă casă*...

Mas para isso é necessario que os nossos politicos não deixem adeantar outras soluções.

Depois de outras cousas decididas nas chancelarias amigas, por muito que custe dizer, isso que resol-

vessem teriamos, na pittoresca linguagem de um dos mais illustres chefes republicanos, de o... *grammar*.

Não, prefiramos a tudo resolvermos o nosso problema nacional, nós mesmos.

E o caminho é simples.

Entendam-se, repetimos, os homens eminentes da Republica e da Monarchia, e feito isto, neste paiz de cêra quando se não trata de revoluções, o *modus faciendi* elles facilmente o acharão para a pacifica solução, nas condições e com o estatuto que se entender mais politico e efficaz.

Quando Canovas del Castilho fez a restauração Affonsina, interpellado na primeira sessão de Cortes, foi-lhe perguntado ironicamente a que vinha a Monarchia.

— « *A continuar a Historia de Hespanha* », orgulhosamente respondeu.

O mesmo aqui succederia — a restauração monarchica viria continuar a Historia de Portugal, em grave risco de ser interrompida por gravissimos successos, que não são sem precedentes na historia.

E' sob este exclusivo aspecto summario que fomos, somos, e continuaremos a ser pela monarchia, pois se fosse com a Republica que a continuidade historica de Portugal estivesse garantida, pela Republica, que não pela Monarchia, seriamos então.

Entenda-se bem, e sem desprimôr para ninguem : quem assim se pronuncia é monarchico por intimo sentimento patriotico erigido em profunda convicção, e não por simples exibição de sentimental thalassismo.

Por isso, só por isso, somos monarchicos e se justifica sel-o.

Por isso, só por isso, o somos hoje, mais ainda do que quando a Monarchia estava de pé.

Por isso, só por isso, se impoe o appello a todos os portuguezes de coração de todos os parti-

dos, para que se unam e examinem, fóra de todo o sectarismo, o problema nacional respeitante á forma de governo que deva subsistir, e uma das soluções do qual é a reintegração monarchica.

E assim, quando neste momento, ao depôr a penna, de novo alargamos a vista sobre esse mesmo mar a que, ha precisamente dois annos, o Rei de Portugal, accossado pela Revolução, se confiou em caminho do exilio, não é, nem a imagem do Principe proscripto, nem a reminiscencia sentimental da chamada *ominosa*, que se levanta saudosa em nosso coração, mas sim o quadro actual e as perspectivas futuras da diminuição nacional, do amesquinhamento patrio e de todas as desventuras sociaes e humanas, que da aventura revolucionaria desabrocharam já ou estam em germen de possibilidade.

E do appello feito se não exclue o Parlamento, bem pelo contrario. Se no Senado e na Camara dos Deputados se exaggeram por vezes os gestos da paixão politica, não se pode pòr em duvida que haja ali homens de valor e de ponderação e em todos boa vontade e sinceridade patriotica, ainda que transviadas.

Elles que vejam tambem, para dentro e para fóra, elevando-se acima das questiunculas de facção, fugindo, ao menos nisso, á imitação dos peores e mais funestos exemplos do parlamentarismo monarchico.

A verdade é que os dois annos consumados da Republica, não só patenteiam o que ella deu, mas demonstram, tanto o que ella pode dar em bem ou em mal, como o que ella em bem não pode dar.

E essa demonstração, penetrante como a luz do sol, todos teem de a meditar, a bem da patria commum.

N. E. 5 de outubro de 1912.

III

A tempestade que se vinha encapellando no horizonte, rebentou finalmente no Oriente, e o poderoso Imperio Ottomano, implacavelmente battido pelos povos balkanicos, seus circumvisinhos, está ameaçado de desapparecer do mappa da Europa.

E' o epilogo dramatico da obra dos *jovens turcos* do *Comité da União e Progresso.*

Arvorados em regeneradores da velha Turquia, só crearam a divisão e a desordem, e por tal forma envenenaram politicamente o organismo civil e militar da nação que, ao necessitar esta agora fazer um esforço de defeza, nem já o antigo e valoroso exercito turco existia.

Eloquente lição é esta, bem digna de aproveitamento, que bem demonstra o erro que ha em suppôr que os paizes se concertam com revoluções.

Fazer uma revolução pode ser uma necessidade, nunca um fim desejavel, pois sabe-se como nella se entra, mas não se sabe como della se sahe.

Sem Bonaparte, o que teria sido da França?!

A ordem e a paz são o maximo bem de um paiz. A revolução, mesmo para bom fim, é sempre um perigo.

Por outra parte, reformar pode ser bom, mas reformar não é destruir, é corrigir e aperfeiçoar, transformando. A natureza, a propria natureza, assim o ensina. Os seus processos não são obra de revolução, mas de evolução, pois para fundar obra grande

e perduravel é indispensavel ir por *étapes. Natura non facit saltus*, sentenciou Linnêo. Fóra de uma tal regra, os productos resultam inviaveis creações, senão mesmo horrendas monstruosidades.

O facto é que a obra dos *jovens turcos* (mais ou menos maçonisados) ahi está patente, e não é aqui que se inventa — *ad usum reipublicæ nostrae*, imputar-lhe grandissima parte dos desastres da actual guerra. E toda a imprensa europea, que quasi unanimemente o constata.

Como quer que seja, o desenlace do conflicto é que não estava previsto, pelo menos nas phantasticas proporções que assume, e assim as chamadas grandes potencias, aliás bastantes cheias agora de impotencia, encontram-se perplexas sobre a attitude a tomar e sobre a maneira de salvaguardarem os respectivos interesses.

Desmembrada a Turquia, quererão umas partilhar do seu territorio, todas retirar do incidente alguma vantagem ou segurança, e ter se-ha de equilibrar compensações, o que evidentemente não se poderá fazer á custa só do Imperio Turco.

Não poderá pois assim, o desenlace do conflicto oriental repercutir-se no Extremo Occidente?

Não é evidentemente impossivel, como aliás já hontem em Santarem o affirmava o proprio chefe do *Partido republicano português.*

Mas lá está, dirão alguns innocentes, a Inglaterra para nos cobrir.

A Inglaterra! Esquece-se quando assim se falla, além d'outras cousas historicas, que a Inglaterra de hoje já não é a Inglaterra de hontem, que, forte e temida, se comprazia no seu *explendido isolamento*, dictando a lei.

Hoje já ella propria se sente em cheque e se soccorre de intelligencias defensivas com a França e a Russia, formando a *triple entente*, a que a Hes-

panha vae muito provavelmente adherir, e assim ha que ter tambem em conta o que os outros pensam e querem.

A Austria pretendendo, contra todo o direito, obstar a que a Servia victoriosa se estabeleça no Adriatico, não poderá vir a abrigar tambem o pensamento de umas compensações que lhe dêem um dominio colonial que ainda não têm?

E não se lê já na amavel imprensa allemã que, liquidados os casos do Oriente, é necessario metter na ordem os selvagens occidentaes?

E não são factos e dizeres taes de natureza a penetrar os olhos dos proprios cegos?

Só em Portugal a cegueira será tão absoluta que se não vejam os perigos que nos envolvem? Que se não veja que as nossas colonias são a cubiça de todos os poderósos? Que a crise nacional que atravessamos é a fenda de penetração para essas cubiças? Que o ajuste de contas das transacções das potencias tem o seu complemento em compensações naturaes ou pretextadas, para o qual o nosso dominio colonial pode ser considerado a materia prima mais evidente e apropriada?

Pois é preciso ver tudo isto sem illusões, e considerar que tanto mais instante se torna que todos os influentes actuaes nos destinos do paiz olhem mais a este do que á Republica, e que todos os desunidos portugueses se unam para a conjuração dos perigos que no horizonte se divisam.

E quando se trata de tão alto problema nacional, com tão profundas raizes materiaes e moraes na economia publica e no sentimento patrio, é necessario não attentar só no Portugal europeu e adjacente, e ainda no colonial.

Outro Portugal existe, e de alta valia economica e transcendente caracter moral, em terras extranhas, mas fraternas pelo sangue e pela raça.

E' o Portugal.... do Brazil!

Vivem ahi os nossos compatriotas, e mais intensamente do que nós aqui, das nossas alegrias e das nossas dores de todos os dias, n'um acrysolamento de sensibilidade, que a distancia mais exalta, e a sua saudosa patria é sempre o velho Portugal, além-mar só na sempre doce visão da bandeira consubstanciado.

Supprimida, como tão extravagantemente o foi, a bandeira azul e branca, ninguem a chorou e chora como esses bons e fervorosos portuguezes do outro lado do Oceano, e, desapparecida ella, é como se desapparecesse a Patria, de que ella era glorioso, saudoso e insubstituivel symbolo.

Acabou a bandeira, acabou Portugal: tal é syntheticamente o sentimento, que d'ahi involuntaria e quasi inconscientemente se gera.

E moralmente assim desvinculado da Mãe-Patria por esse crescente e irresistivel pendôr de alheiamento e desidentificação, o Portugal do Brazil acabará de todo...

De todo acabará e morrerá, e no querido Brazil deixará, para todos os effeitos, de haver ali portuguezes, constituindo ahi uma patria dentro de outra patria, porque na Patria Brazileira se integrarão de todo os nossos, como fallando-lhes esta, pela gloriosa e melhor mantida tradição original, mais ao coração, do que a desaggregada Patria Portugueza, repudiadora do seu mais amoroso symbolo de união e de identificação nacional, na renegação feita das suas côres tão maravilhosamente sympathicas á alma portugueza.

Que restará, effectivamente, de Portugal para esses portuguezes, que longe labutam com os olhos sempre fixos, atravez dos mares.... n'essa « occidental praia lusitana », cantada pelo glorioso epico em que a alma heroica da nação se incarnou — se lhes

não é dada já a alegria de enternecidamente saudarem, hasteada nos navios patrios, a bandeira com as lindas e amadas côres, unicas que lhes fallam ao sentimento e que elles não sabem renegar?

E será tudo isto indifferente a Portugal?

Não é. Nem á sua economia, nem ao seu coração.

Assim, na difficil conjunctura que o paiz atravessa, rodeiado de perigos e precalços de toda a ordem, e que são absolutamente incontestaveis, o que só se pode melancolicamente perguntar é se terá ainda uma pacifica reconstituição monarchica o poder de os sustar ou attenuar?

Podendo crer-se que sim, é dever tental-o, pois o que se deve ter como seguro é que a pouco consistente republica, que está longe de ser anteparo, só pode ser, mediante qualquer machiavelico trama diplomatico, pretexto para qualquer tratamento descerimonioso e abusivo.

E' nestas circunstancias que se entendeu que esta exposição pela grande ou pequena, mas imparcial, contribuição que pode dar para a apreciação da situação politica de Portugal, tinha neste momento a sua melhor opportunidade de vir a publico.

Á benevolencia deste, sem distincção de politica, se entrega, pois, mas para que n'elle só veja o que n'elle está. Não um repto ou uma provocação ás instituições vigentes, que acatamos e sempre acatámos, como lei do Estado que são, tão legitima, como a da antiga constituição monarchica. Mas uma apreciação sincera e profundamente convicta da situação politica do paiz e seus perigos e da resolução do problema que nella se contem.

Se a parte principal deste trabalho não estivesse já de ha muito composta e em adiantada impressão, modificariamos algumas das suas partes, em vista de novas circumstancias e informações.

Não é já possivel, mas feita esta observação, não

tem o caso maior importancia, pois qualquer modificação não alteraria na sua essencia a nossa these.

Vivacidade poderá notar-se em algumas paginas deste trabalho, critica mais ou menos pungente em algumas passagens, algum involuntario exagero ou mesmo erro poderá tambem encontrar-se. Mas proposito injurioso para pessoas ou instituições, não cremos que uma só palavra o reflita, pois que essa intenção não existia, e se alguma poder parecer suspeita aqui fica virtualmente retirada.

Em verdade, o que se passou e está passando mais tristeza causa do que outra cousa.

Os republicanos estão no seu papel, e nem sempre os dirigentes podendo conter os dirigidos. E os monarchicos estão irresistivelmente tambem nas consequencias da sua falsa posição e do seu abatimento.

Se algum impeto maior, por vezes, se imporia seria contra alguns raros monarchicos, uns cheios das maiores responsabilidades na politica monarchica, outros ridiculamente recamados de condecorações por serviços que não prestaram, e que, privados de certa ordem de sentimentos, se exibem na nudez de uma bem lamentavel inconsciencia. Mas esses mesmos, para quê afrontal-os com acerbos qualificativos ? Basta-lhes a desgraça de serem como são e de todos o verem.

Do que se trata nas paginas deste trabalho não é de ferir pessoas, mas de proclamar a necessidade de união e de paz.

Não é com doestos que o paiz se hade salvar e não são doestos para a direita ou para a esquerda que elle reclama.

O que o paiz quer é viver feliz, prospero, pacifico e como nação autonoma e respeitada.

Feita a experiencia da Republica, verifica-se que o regresso á Monarchia parece ser a condição que melhor pode garantir esse desideratum.

Qual a conclusão?

Regressarmos *todos* á monarchia e organisarmol-a em moldes, que a todos os legitimos interesses materiaes e moraes deem a mais completa satisfação.

Mas regressarmos, não por conspiração, nem sedições contra-revolucionarias, que seriam, sobretudo agora, apenas mais um agravamento do mal nacional, mas por um imponente movimento de convencimento e persuasão geral.

Esta é que é a questão e esta é que é a nossa these.

Devaneiamos, como Thomaz Morus, no *Reino da Utopia?*

Talvez. Mas da mesma forma que na China se fez a Republica de accordo com a Monarchia, porque não poderia, por uma alta razão de Estado, refazer-se em Portugal a Monarchia em pacifico accordo com a Republica?

Chinezice, então, quererão outros dizer...

Pois será chinezice ou utopia, ou ambas as cousas juntas, se assim o entenderem aquelles, que, devendo e podendo salvar o paiz, acharem mais commodo ir com elle para o fundo.

Mas crime não é, certamente, proclamar a necessidade da união e da paz para que Portugal continue a ser Portugal e o bem estar geral renasça para este paiz e para este povo, reconstituindo dignamente a sua unidade moral e o seu trabalho, e arrancando-o á fatal voragem da aniquiladora emigração dos campos e das cidades, das pessoas e das riquezas.

L. 11 de novembro de 1912.

IV

Ultimas palavras.

Não ha que dissimular. A situação aggrava-se, a crise pronuncia-se.

No Senado, o presidente do ministerio affirmou ter o Parlamento augmentado na sua ultima sessão a despeza em 2.000 contos.

Na Camara dos Deputados, o ministro das Finanças apresenta projectos de aggravamento de contri buições.

A rua agita-se contra os proprietarios.

Grupos de operarios pedem violentissimamente trabalho ao Governo.

A carestia da vida torna-se inquietadora.

Na Camara dos Deputados, o mais numeroso partido insurge-se tambem violentamente contra a presidencia e a desunião republicana exacerba-se.

No Senado, um dos seus membros accusa o caminho seguido pela Republica de comprometter a nação.

Na imprensa, um dos mais auctorisados orgãos estabelece que nenhum dos partidos republicanos tem meio de formar governo que se mantenha no Parlamento, e outro diz que se impõe a necessidade de cuidar dos interesses da disciplina e da ordem.

Lá fóra, volta-se a fallar nas colonias portuguezas, e vai o mais que se sabe. Todos sentem o perigo externo, que em todas as boccas está.

Entra-se n'uma nova crise de inquietação publica, que boatos da direita e da esquerda avolumam.

Não será bem tempo de se cuidar na *união de todos*, seja para uma Monarchia nova, seja mesmo para uma Republica nova se inverosimilmente se chegasse a apurar e a accordar que é esse o caminho mais conveniente?

Não veem os dirigentes republicanos as enormes responsabilidades que estão assumindo perante este desgraçado paiz e perante a Historia, quando, verificando a impotencia do seu sectarismo, n'elle persistem?

Abram-se os espiritos e abram-se os corações, que com elles fechados nada se pode fazer.

E não se perca mais tempo.

Se não é já hoje tarde, poderá sel-o ámanhã.

18 de Dezembro de 1912.

V

Após uma inverosimil tróca de correspondencia entre a Presidencia da Republica e o Governo e uma prolongada crise, em que se patenteou que nenhuma das fracções em que se divide o partido republicano tem condições para constitucionalmente governar por si e que só é possivel um governo apoiado pelos... contrarios, assume o poder, como atrás estava previsto, o sr. Affonso Costa.

E' uma situação que immediatamente se apresenta, a todos os respeitos, cheia de interrogações.

O chefe democratico vae apressar ou deter o desenlace da crise nacional?

Vae, ainda que impropositadamente, animar o desenvolvimento dos instinctos demagogicos, ou vae pacifica-los, senão combatê-los, e trabalhar pela causa da união e da ordem e contra a anarchisação geral?

Vae ser sectario ou homem d'estado?

Vae copiar da politica francesa Combes ou Briand?

Ou, afastando-se destes modêlos, ou mesmo dentro delles, elevará o pensamento a mais altas concepções?

Ninguem o pode dizer já, nem talvez o proprio sr. Affonso Costa, pois é complexa a sua esphingea mentalidade e na situação que o paiz atravessa mais o dominarão as circumstancias, do que elle as dominará a ellas.

E estas são cada vez mais graves, dentro e fóra do paiz.

O que de momento apenas se sabe é que á testa do governo ha, pela primeira vez na Republica, bem entendido no grande sentido politico, — *um homem.*

Esse homem, será o homem providencial que as circumstancias reclamam para, por qualquer fórma, promover o bem da nação, arrancando-a ao abysmo em que se está afundando e vae apodrecendo.

A sua acção não poderá ser indifferente : vae fazer bem, ou vae fazer mal.

Sem duvida quererá fazer bem. Mas saberá fazê-lo ? Poderá fazê-lo ?

Tudo, pois, no advento do chefe democratico se resume n'um grande e grave ponto de interrogação, que se levanta, tanto da complexidade do problema nacional em si, como da propria complexidade psychica d'aquelle a quem a sua resolução está neste momento superiormente confiada.

Este ponto de interrogação — que resposta terá na historia ?

Tem a palavra, do alto da presidencia ministerial, a grande esphinge de Chéops.

9 de Janeiro de 1913.

TYP. AILLAUD, ALVES & Cia.

TYP. AILLAUD, ALVES & C^{ia}.